



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FERNANDA GROSSE BRESSAN

**RETRATOS DA TRANSFORMAÇÃO URBANA:
O USO DA FOTOGRAFIA COMO REGISTRO VISUAL DO
"ANTES" E "DEPOIS" DA LEI CIDADE LIMPA EM LONDRINA**

Londrina
2014

FERNANDA GROSSE BRESSAN

**RETRATOS DA TRANSFORMAÇÃO URBANA:
O USO DA FOTOGRAFIA COMO REGISTRO VISUAL DO
"ANTES" E "DEPOIS" DA LEI CIDADE LIMPA EM LONDRINA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Paulo César Boni.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Bibliotecária Responsável: Marlova Santurio David – CRB 9/1107

B843r Bressan, Fernanda Grosse.
Retratos da transformação urbana : o uso da fotografia como registro
visual do “antes” e “depois” da Lei Cidade Limpa em Londrina / Fernanda
Grosse Bressan. – Londrina, 2014.
96 f. : il.

Orientador: Paulo César Boni.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Comunicação visual – Teses. 2. Fotografia – Londrina (PR) – Teses.
3. Fotojornalismo – Teses. 4. Londrina (PR) – História – Teses. I. Boni,
Paulo César. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação,
Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III.
Título.

CDU 77.044(816.22)

FERNANDA GROSSE BRESSAN

**RETRATOS DA TRANSFORMAÇÃO URBANA:
O USO DA FOTOGRAFIA COMO REGISTRO VISUAL DO "ANTES" E
"DEPOIS" DA LEI CIDADE LIMPA EM LONDRINA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Paulo César Boni
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Alberto Carlos Augusto Klein
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Regina Célia Alegro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 19 de agosto de 2014.

*A Deus, primeira fonte da vida;
a meus pais, colaboradores de Deus e
eternos incentivadores do estudo; a meu
marido Wagner, por ser companheiro de
todas as horas; à pequena Laís, por dividir
seus primeiros meses de vida com esse
trabalho*

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Paulo César Boni por ter me colocado e incentivado no caminho acadêmico e me ajudado a conduzir esse trabalho.

Aos professores do mestrado que abriram minha mente para novos conhecimentos.

Aos entrevistados deste trabalho, que prontamente colaboraram com dados e recordações da época da aprovação da Lei Cidade Limpa.

BRESSAN, Fernanda Grosse. **Retratos da Transformação Urbana: O uso da fotografia como registro visual do "antes" e "depois" da Lei Cidade Limpa em Londrina.** 2014. 90 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, 2014.

RESUMO

Este trabalho demonstra a importância dos registros fotográficos para a documentação das transformações urbanas e preservação da memória. O objeto de estudo é Londrina e os recortes temporais abrangem o centro da cidade antes e depois da Lei Municipal nº 10.966, sancionada pelo prefeito da cidade em 2 de agosto de 2010. A lei ficou conhecida como “Cidade Limpa” e regulamenta o uso de publicidade externa e fachadas de lojas, indústrias, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, inclusive a área médica. Lojistas e comerciantes tinham 180 dias para adequar suas publicidades à nova lei, o que prometia transformar a paisagem urbana e devolver aos cidadãos a visão de fachadas arquitetônicas históricas da cidade. O trabalho utiliza referenciais teóricos de fotografia e memória, registra momentos do centro de Londrina no período de mudanças e traz entrevistas com personagens que viveram as alterações por estarem nos locais que passaram pelas transformações.

Palavras-chave: Lei cidade limpa. Fotografia e memória. Gatilho da memória. Publicidade externa. História de Londrina (PR).

BRESSAN, Fernanda Grosse. **Portraits of Urban Transformation**: the use of photography as visual record of the “before” and “after” of the law *Cidade Limpa* in the city of Londrina. 2014. 90 p. Dissertation (Master’s Degree in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, 2014.

ABSTRACT

This work demonstrates the importance of the photographic registers for the documentation of the urban transformations and preservation of the memory. The object of study is the city of Londrina (Paraná State) and the time periods cover its downtown before and after the Municipal Law n° 10.966, sanctioned by the mayor of the city on August 2, 2010. The law became known as “Cidade Limpa” (Clean City) and regulates the use of outdoor advertising and shopfronts, factories, stores and service firms, including the medical field. Shopkeepers and merchants had 180 days to adapt their advertisings to the new law, which promised to transform the urban landscape and give back to the citizens the vision of the historical architecture fronts of the city. The work uses theoretical references of photography and memory; it also registers moments from Londrina’s downtown in the period of changes and brings interviews with characters who lived the changes because of their presence in locations that passed through transformations.

Keywords: Law “cidade Limpa”. Photography and memory. Trigger of memory. External advertising. History of the city of Londrina (PR).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
	CAPITULO 1	16
2	LEI 10.966/10 – LEI CIDADE LIMPA	16
	CAPITULO 2	25
3	A FOTOGRAFIA NAS CIDADES	25
	CAPITULO 3	31
4	FOTOGRAFIA: TRAÇO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA	31
	CAPITULO 4	37
5	CIDADE LIMPA EM IMAGENS	37
	CAPTITULO 5	51
6	FOTOGRAFIA, O GATILHO DISPARADOR DA MEMÓRIA	51
	CAPITULO 6	68
7	POLUIÇÃO VISUAL E A "VERTIGEM"	68
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	79
	ANEXOS	81
	ANEXO A	82

1 INTRODUÇÃO

Londrina é uma cidade de colonização recente se comparada a algumas cidades históricas brasileiras que datam dos séculos XVI e XVII. Os primeiros desbravadores chegaram por aqui no século XX, em 1929, e, cinco anos depois, em 1934, Londrina era declarada município por meio do Decreto Estadual n.º.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas. Ao longo de suas oito décadas, a cidade localizada no norte do Paraná passou por transformações, se reconfigurou.

De capital do café, cultivo que teve os anos áureos nas décadas de 1950 e 1960, a cidade viu sua vocação se transformar para a área do comércio e da prestação de serviço. A queda negra de 1975, e outras dificuldades enfrentadas como a superprodução do grão que levou à incineração de milhares de sacas de café, pragas e baixa no preço, obrigou Londrina a se reinventar para superar diversas quebras na safra do “ouro verde”, forma como o café era carinhosamente conhecido na região.

No século XXI foi a vez do comércio e da prestação de serviços serem os destaques do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade. Dados do IBGE referentes ao ano de 2011 indicam que PIB londrinense atingiu R\$ 10,7 bilhões, sendo R\$ 7,08 bilhões referentes a esses dois setores. Esses números colocam a cidade entre as 50 maiores do Brasil no que se refere ao PIB no setor de serviços. Do montante total, R\$ 133,9 milhões são do setor agropecuário, R\$ 1,62 bilhões da indústria e os R\$ 7,08 de serviços, que inclui o comércio.

Quem conhece Londrina a partir da década de 1980 vive essa nova realidade, da cidade comercial que atrai consumidores das cidades vizinhas e que emprega pessoas da região. Mas isso não significa que a população de hoje, que não circulou pelas ruas na era do café, está fadada a permanecer à margem dos acontecimentos daquele período. Ela pode não ter vivido nas décadas anteriores, mas pode conhecer essa história por meio de textos, cartas, depoimentos e imagens. Afinal, a história sobrevive ao longo dos anos, décadas e mesmo séculos e pode ser recordada, recontada e até revivida por meio desses documentos.

Como aponta o pesquisador Boris Kosoy (2001, p.31): “Não há história sem documento [...]. Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou de qualquer outra maneira”. A história é construída pela análise desses documentos, representações possíveis de um tempo já passado.

Documentos são canais ricos para suscitar lembranças de um lugar, de uma cidade. Manuscritos, artefatos, pinturas, objetos, muitas são as formas de rememorar a história. A categoria documento, como aponta Kossoy, é ampla e ganhou um forte aliado no século XIX.

A fotografia surgiu oficialmente em 1839 e com ela nasceu mais uma forma de registrar a história. Traço do real, ela apareceu naquele momento como um espelho, uma cópia fiel da realidade congelada em um pedaço de papel ou mesmo nos negativos de vidro em seus tempos iniciais. Mas essa verossimilhança com o objeto retratado foi passando por questionamentos ao longo do tempo, afinal, há um sujeito por trás do aparelho. A fotografia segue sendo um documento, uma ferramenta com alta carga informativa e de grande potencial para retratar e recontar a história. Entretanto, como traz em si a subjetividade do fotógrafo, precisa ser interpretada e analisada levando em consideração esse fato. Ela é a representação de uma cena, fato, situação ou acontecimento passado que permaneceu por ter sido captada pelo aparelho sob o olhar do fotógrafo.

Antes mesmo do surgimento da fotografia, as imagens já eram utilizadas como norte para delinear fatos, hábitos e acontecimentos. Pintadas, desenhadas ou gravadas em pedras, elas imortalizaram e ilustraram conquistas, bem como a cultura e a forma de pensar de um tempo que não existe mais. Atualmente, mesmo passados mais de 170 anos de sua invenção, a imagem capturada por uma câmera fotográfica tem importante papel no registro dos acontecimentos. “São as imagens documentos insubstituíveis cujo potencial deve ser explorado.” (KOSSOY, 2001, p.32).

Este trabalho se fundamenta nas imagens – em especial na fotografia – usadas como instrumento de perpetuação dos acontecimentos. Esse documento em "potencial" descrito por Kossoy tem se revelado de grande valia na preservação da história, principalmente quando esta passa por transformações que são perceptíveis aos olhos. Nessas circunstâncias, a fotografia ganha ainda mais destaque. Ela não só preserva como também pode ser um importante disparador do gatilho da memória, trazendo para o presente detalhes já esquecidos até mesmo pelos protagonistas da história.

A metodologia para a exploração da fotografia para esse fim foi criada na Universidade Estadual de Londrina (UEL), resultado do trabalho do Grupo de Pesquisa Comunicação e História. A primeira vez que foi aplicada e registrada na academia foi no trabalho de dissertação de Mestrado em Comunicação de Maria Luisa Hoffmann (2010) sob o título "Guardião de Imagens: 'memórias fotográficas' e a relação de pertencimento de um

pioneiro com Londrina". A metodologia também foi usada por Juliana de Oliveira Teixeira (2013) na tese "A proposta metodológica da fotografia como disparador do gatilho da memória: Aplicação à história de Telêmaco Borba - PR (1950-1969)". Esses são apenas alguns exemplos de uso da metodologia.

Em suma, ela se baseia no uso da fotografia para recuperar dados da história. A imagem preservada no papel ou no arquivo digital tem-se mostrado uma impulsionadora de detalhes e lembranças na mente de quem viveu um determinado período. Usadas no momento de rememorar os acontecimentos, elas podem ajudar a trazer à tona detalhes que até então não estavam na memória latente das pessoas que protagonizaram ou viveram determinado momento histórico. Como descreveu Teixeira (2013, p.34), "ao lado de músicas, cheiros, vestes e objetos pertencentes a tempos passados, a fotografia é tratada como um 'ponto inicial', de onde podem surgir inúmeras outras imagens acionadas pela lembrança".

Para se chegar a essa etapa final, a metodologia propõe três estágios. O primeiro deles é o levantamento de dados históricos com documentos do período que se quer rememorar; depois passa-se para a seleção das fotografias que serão utilizadas na recuperação dessa história; na última etapa, utiliza-se da história oral feita por meio de entrevistas. Uma vez contada a história oral, o pesquisador faz uso das imagens para ver se as fotografias de fato auxiliam a relembra fatos ocultos e não revelados espontaneamente.

Ao seguir esses passos, podemos apontar que, por meio da "escrita feita pela luz", é possível deixar o registro de importantes transformações que ocorrem na história para perpetuá-la. Em Londrina, um exemplo de mudança, que é objeto deste trabalho, ocorreu no espaço urbano do município.

O que provocou a transformação foi uma nova lei aprovada em julho de 2010 na Câmara de Vereadores sob o número 10.966/10. Ela foi batizada de Lei Cidade Limpa e sancionada em 2 de agosto do mesmo ano pelo então prefeito Homero Barbosa Neto, à época filiado ao PDT. A nova legislação chegou para mudar a paisagem urbana de Londrina, trazendo em seus artigos novas normas a serem cumpridas na fixação de adereços publicitários em ambientes externos e também fachadas de lojas, indústrias, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, incluindo a área da saúde. Todo e qualquer tipo de anúncio indicativo precisa, desde então, obedecer às normas estabelecidas.

No quesito publicidade externa são considerados adereços como *outdoors*, *backlights*, faixas, cartazes, totens, painéis, adesivos de vitrine e demais anúncios com cunho

propagandístico. Objetos que até então se multiplicavam pelas ruas sem qualquer padrão ou norma têm, desde a aprovação da lei, regras a serem cumpridas. A Lei Cidade Limpa, que será detalhada no Capítulo 1 dessa dissertação, traz uma nova forma de pensar a cidade em termos de propaganda, fachadas e publicidade nas ruas. Ela estabelece limites entre o que pode e o que não pode estar nas vias públicas e impõe limites para minimizar a poluição visual que escondia a arquitetura da cidade e até atrapalhava o livre trânsito de pedestres quando invadia as calçadas.

A primeira cidade brasileira a ter uma lei com esse cunho foi São Paulo, lugar que serviu de inspiração e modelo inicial para as regras que hoje existem em Londrina. Mas, ao contrário da capital paulista, por aqui houve algumas reconsiderações ao texto da lei, abrindo brechas como a possibilidade de instalar *outdoors* nas ruas fora do quadrilátero urbano central, fato que também será explorado no Capítulo 1 com o depoimento de pessoas que fizeram parte dos estudos que culminaram com o texto final da Lei Cidade Limpa londrinense.

A partir da nova legislação, mudanças foram paulatinamente acontecendo na visualidade da cidade. Os moradores começaram a ver ruas mais limpas, as placas gigantes foram saindo do contexto urbano, os estabelecimentos comerciais foram se adaptando à nova realidade, repaginando fachadas, vitrines e a forma de comunicar com os consumidores. Para ser visto, era preciso usar a criatividade e não mais se valer do tamanho das placas.

Atenta às mudanças que a lei provocaria, a pesquisadora passou a fotografar ruas da cidade dedicadas ao comércio, focando principalmente duas vias centrais: Rua Sergipe e Calçadão. Esses locais foram escolhidos por serem referência no comércio de rua e também por figurarem entre os mais antigos da cidade. Dessa forma, eles ainda abrigam construções das décadas iniciais de Londrina, com fachadas históricas que até então estavam camufladas pelas placas comerciais. Esse fato poderia se tornar uma boa oportunidade de registrar uma mudança real na paisagem urbana londrinense. Pelas fotografias seria possível perceber um “antes” e um “depois” dessas fachadas e de como isso acarretaria uma nova visualidade.

As primeiras imagens foram registradas em agosto e setembro de 2010, data da aprovação da Lei Cidade Limpa. Nesse primeiro momento, lojas e estabelecimentos comerciais não mostravam interesse em se adequar às novas regras, esperavam a expiração do prazo de seis meses estipulado pela legislação para fazer as mudanças exigidas. Em virtude disso, nessas primeiras imagens, o que se vê são ruas e fachadas dominadas por placas dos mais diversos tamanhos e formatos, uma sobreposição de objetos coloridos. Cartazes e adesivos estampam as vitrines – e por vezes até paredes dos estabelecimentos comerciais.

Uma segunda sessão de fotografias, feita nos mesmos locais, foi realizada entre janeiro e fevereiro de 2011, data em que vencia o prazo previsto por lei para que todos se adequassem às novas regras (mas que foi estendido por força de uma decisão judicial, detalhada no Capítulo 1). Graças a essa decisão, empresários e proprietários de imóveis comerciais tiveram mais seis meses para se adequar às novas regras. Por isso, um terceiro momento também foi fotografado, o mês de agosto de 2011, um ano após a aprovação da Lei Cidade Limpa, data em que ela entrou efetivamente em vigor. A partir daí, quem não estivesse dentro do padrão estaria sujeito a multa. Então, as mudanças de fato ocorreram e foram registradas nas fotografias. A última tomada fotográfica foi em 27 de novembro de 2011, data em que parte do comércio já havia passado por reformas que mudaram o cenário urbano.

Sabe-se que fotografar transformações nas cidades não é uma ação recente nem isolada. A importância desse registro imagético já era conhecida em tempos anteriores. No início do século XX, por exemplo, o fotógrafo Augusto Malta se tornou o primeiro profissional da área contratado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para registrar as transformações da então capital federal. Referindo-se ao trabalho de Malta na documentação das transformações urbanas para revitalização do centro do Rio de Janeiro, o pesquisador George Ermakoff (2009, p.18) justifica sua contratação: “A prefeitura necessitava de alguém que pudesse registrar fotograficamente as obras de remodelamento da cidade e principalmente os imóveis a serem desapropriados, para fins de indenização.” Hoje as “chapas” de Augusto Malta são documentos de uma história real vivida há mais de um século. Esse exemplo pioneiro será abordado no Capítulo 2.

Ainda que em menor escala, a Londrina do século XXI protagonizou mudanças em seu ambiente urbano, fato ocorrido no Rio de Janeiro no início do século XX. Na cidade do norte do Paraná o processo de transformação na paisagem urbana foi provocado pela Lei Cidade Limpa e devidamente registrado em fotografias.

Também no Capítulo 2, abordaremos outros importantes fotógrafos que registraram momentos da transformação urbana de São Paulo: Militão Augusto de Azevedo, no século XIX, e Aurélio Becherini, nas primeiras décadas do século XX. A documentação fotográfica feita por eles recuperam a memória da capital paulistana em uma época importante de sua modernização. A trajetória de Becherini é contada por Rubens Fernandes Junior, que chama a atenção para a importância da documentação fotográfica feita por ele e de como suas fotografias reavivam a memória ou são fontes de conhecimento para os sujeitos que estavam ausentes à cena naquele período.

Esses três nomes são exemplos que fundamentam a importância das imagens como documento de recuperação das transformações urbanas no Brasil. Podemos citar ainda profissionais fora do Brasil que também dedicaram a trajetória fotográfica para registrar cidades. Na França, por exemplo, temos Eugène Atget, que retratou a Paris do fim do século XIX e início do século XX. Atget se tornou fotógrafo aos 40 anos e a partir de então passou a registrar as ruas de Paris e seus monumentos. Antes disso, ele se dedicou ao teatro. Como fotógrafo, escolhia cenas da cidade sem seus moradores. Seu olhar estava sempre voltado para esse "vazio" humano. Hoje ele é considerado um dos grandes fotógrafos da história, mas quando em vida teve pouco prestígio e acabou falecendo pobre em sua terra natal, Paris.

Londrina também teve seus fotógrafos pioneiros que deixaram para a posteridade as imagens de seus primeiros anos de colonização. José Juliani é um dos exemplos. Ele registrou os primeiros movimentos da cidade, ainda na década de 1930. O acervo fotográfico deixado por Juliani – parte das fotografias estão disponíveis no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss – é fonte de pesquisa. Ele perpetuou para as gerações futuras as primeiras imagens da cidade na época em que a terra vermelha e a floresta dominavam o ambiente urbano. As primeiras ruas abertas e casas construídas em madeira estão entre os objetos retratados pelo fotógrafo, assim como a primeira escola, as reuniões e conquistas do povo que aqui buscava um lugar para morar.

Com esses exemplos reforçamos a ideia de que a fotografia é um instrumento de perpetuação da memória e recuperação histórica. Registrar o hoje é permitir que a história não fique no esquecimento, mas permaneça viva por meio da fotografia. Foi com esse intuito que as fotografias de Londrina foram feitas no momento em que a cidade passava pelas transformações da Lei Cidade Limpa. Mais uma de muitas mudanças vividas desde 1929.

A importância desse aparato imagético como fonte histórica será abordada no Capítulo 3, páginas que também tratarão da relevância das imagens para a preservação da memória. Fotografia, memória e história são palavras que vem sendo estudadas por pesquisadores como Boris Kossoy, Jacques Le Goff e Peter Burke, referências desse trabalho.

Cada vez mais somos bombardeados por informações. Os conteúdos chegam até nós pelos mais diversos canais de comunicação e entram em nossa rotina. Em meio a tantos dados, acontecimentos, referências e notícias nosso poder de atenção e retenção da informação se dilui, ou seja, absorvemos menos. É o paradoxo do século XXI, temos muita

informação, mas pouco registramos dela. Nossa memória cada vez mais é dependente de instrumentos para se ativar.

As fotografias entram nesse contexto como um recurso de rememoração. Muitos londrinenses viveram as transformações da Lei Cidade Limpa. Uma parte fez isso ao se ver obrigada a alterar suas fachadas, a outra, por passar a viver em uma cidade que se transformou visualmente em um curto período. As mudanças aconteceram dia a dia, sob os olhares de todos.

O Capítulo 4 é dedicado justamente às imagens que materializaram essas mudanças. Nele entraremos de fato no acervo pessoal da pesquisadora, trazendo as imagens que mostram a transformação na paisagem urbana de Londrina. Momento de recordar as ruas repletas de poluição visual e perceber, por meio da comparação das fotografias, o que de fato mudou nas ruas. E também de verificar se as imagens são realmente importantes para recuperar informações que reavivem a memória do cidadão, utilizando a metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória. As fotografias potencializam a sensação de transformação? Ajudam a ativar a imagem da primeira realidade, ou seja, o assunto em si, que já não existe mais em Londrina, mas que sobrevive pelas fotografias e permanece gravado na segunda realidade¹?

Para buscar uma análise plural dessa transformação, o trabalho inclui uma pesquisa com comerciantes dos locais registrados imagetivamente. Como as pessoas que vivem em Londrina se recordam da Rua Sergipe e do Calçadão antes da Lei Cidade Limpa? Será que as fotografias podem surpreender ao mostrar as mudanças ocorridas? Por meio de entrevista oral, tema do Capítulo 5, a pesquisadora ouvirá comerciantes dessas duas importantes veias comerciais de Londrina para saber do que se recordam do período anterior à Lei Cidade Limpa e se as fotografias podem auxiliá-los nesse caminho de volta no tempo.

Como critério de seleção, esses comerciantes precisavam estar instalados nos locais escolhidos em data anterior à aprovação da Lei Cidade Limpa, dessa forma teriam vivenciado todas as transformações. Primeiramente, eles foram ouvidos sobre como era a via e como ela ficou sem a presença das imagens. Eles foram questionados se recordavam das

¹ O conceito de primeira e segunda realidades é definido por Boris Kossoy. Ele detalha a primeira como a realidade do assunto, ou seja, o fato em si como se deu no passado. A segunda é a realidade do assunto representado, como ele aparece na fotografia; é o passado preservado na imagem.

fachadas das lojas, se conseguiam se lembrar de detalhes. Depois, de posse das fotografias, buscamos verificar se os entrevistados teriam impressões diferentes das relatadas inicialmente e se seriam capazes de lembrar de outros detalhes com o auxílio imagético.

Uma pequena reflexão sobre a visualidade e a poluição visual é tema do Capítulo 6. Quando vemos muitas imagens ao mesmo tempo, sobrepostas, acabamos não enxergando efetivamente nada. A ideia de que placas enormes são suficientes para ter visibilidade é um equívoco, pois quem passa pelas ruas repletas desses adereços acaba por ver uma grande massa e não as informações individualmente. As fotografias da Rua Sergipe, em especial, são um retrato disso. A sobreposição das placas indicativas de loja forma uma única imagem para quem está circulando, é preciso se ater a cada uma delas com atenção e foco se quiser de fato ver o conteúdo que está ali. O excesso de imagens causa vertigem, uma “não-visão”. Vemos mas não enxergamos. O que de fato sentimos é uma "vertigem" ante tanta poluição visual.

Atualmente, essa visualidade mudou. As fachadas não mais contém placas que buscam ser umas maiores que as outras, o que acabava provocando um “esconde-esconde” antes da entrada em vigor da Lei Cidade Limpa. Fachadas expostas e placas simples é o que compõe atualmente a imagem urbana da cidade. Passado o período inicial de estranhamento e adaptação, descobrimos que a poluição visual era um obstáculo para de fato ver e perceber a paisagem urbana de Londrina.

CAPÍTULO 1

2 LEI 10.966/10 – LEI CIDADE LIMPA

Aprovada no dia 26 de julho de 2010 na Câmara de Vereadores e sancionada no dia 2 de agosto do mesmo ano pelo então prefeito Homero Barbosa Neto, a Lei 10.966/10, que ficou conhecida por Lei Cidade Limpa, provocou intensas transformações na paisagem urbana da cidade. Em sua essência, a nova legislação estabeleceu normas e regras para os anúncios que compõem essa paisagem, um instrumento jurídico efetivo para controlar a poluição visual na cidade.

O texto da referida lei contempla 32 artigos que descrevem detalhes de como os objetos publicitários podem ser usados nas ruas, a saber: tamanho máximo, localização, informações que podem ser inseridas nas placas indicativas de lojas, quantidade de anúncios permitidos por estabelecimento, dentre outros. As exigências são para as mais diversas áreas de atuação: comercial, industrial, prestação de serviço e até da saúde. As fachadas desses locais, assim como *outdoors*, *backlights*, faixas, cartazes, totens, painéis, adesivos de vitrine e demais anúncios com cunho propagandístico, passaram a ter normas rígidas e definidas. Até as vitrines ganharam regras, não podendo mais receber cartazes e adesivos quando estas estão viradas para a rua. Qualquer informe publicitário – mesmo informação sobre “promoção” – precisa estar a 50 centímetros recuados da vitrine, ou seja, dentro do estabelecimento.

A lei aprovada foi resultado de debate entre o poder público e a sociedade civil organizada, ou seja, não foi unilateral. Não pela vontade do prefeito Barbosa Neto, mas pelo trabalho de empresas ligadas à mídia externa que levou à formação de uma Câmara Técnica para debater a questão. Diversas entidades representativas de classe e empresas do setor publicitário discutiram os artigos da lei antes que esta fosse encaminhada à Câmara de Vereadores para aprovação.

Aliás, o parágrafo 28 da Lei Cidade Limpa determina a criação da Câmara Técnica Permanente, formada pelas seguintes instituições: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, Sindicato das Empresas de Publicidade Externa (Sepex), Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL), Secretaria Municipal de Cultura, Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Associação dos Profissionais de Propaganda (APP), Câmara Municipal de Londrina, Instituto de Desenvolvimento de

Londrina (Codel), Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), Conselho Municipal do Meio Ambiente (Consemma), Sindicato das Agências de Propaganda do Paraná (Sinapro-PR), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema) e Sindicato da Indústria da Construção Civil Norte do Paraná (Sinduscon – Norte do Paraná). A presidência ficou a cargo de Carlos Roberto Cardoso, representante do Sindicato das Empresas de Publicidade Externa.

Apresentada como Projeto de Lei 186/2009, a Lei Cidade Limpa teve a interferência de entidades, sindicatos e empresários que não concordavam com a forma restritiva de publicidade externa e com o tamanho proposto para os anúncios indicativos de loja, como recorda Carlos Roberto Cardoso, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 6 de setembro de 2013 na sede da ACIL.

A intenção do prefeito era colocar esse projeto de lei 186/2009 [em votação] e passar sem alteração nenhuma, o pedido dele foi esse. Ele quis fazer com que passasse goela abaixo e foi onde a gente descobriu. Faço parte do Sepex, que é o Sindicato das Empresas de Mídia Exterior, e a gente começou a fazer um trabalho junto à Câmara de Vereadores. Foi apresentado um dossiê a cada vereador explicando os malefícios que iria trazer para a cidade, para as empresas, e conseguimos a [convocação de uma] audiência pública. Nessa audiência pública veio a Regina Monteiro, que é a mãe da Lei Cidade Limpa de São Paulo, e trouxemos o presidente nacional do Sepex, Romerson Facó, para fazer a discussão e a defesa da Câmara Técnica. (CARDOSO, 2013).

Foi essa audiência pública que aprovou a formação da Câmara Técnica que debateria os artigos do projeto de lei 186/2009 para propor as alterações necessárias. Durante três meses de debate, um total de 14 reuniões, representantes das instituições, entidades e setor privado redigiram o novo texto que deu origem ao substitutivo do projeto 186/2009, aprovado pelos vereadores em julho de 2010.

No projeto original não ia ter *outdoor*, não ia ter *frontlight*, não ia ter nada, e as fachadas eram limitadas a 4,5 metros quadrados [de indicativo de loja], independente do tamanho. Pelo menos conseguimos liberar para poder por *outdoor*, isso foi uma grande vitória, vejo que foi a grande vantagem. Em relação às fachadas, a gente conseguiu a proporcionalidade de 15%. Imagina uma Havan [loja de departamentos], que tem 100 metros de frente, com 4,5 metros de anúncio? Lá na rua, ele some. (CARDOSO, 2013).

Quem também participou da Câmara Técnica foi Vanda de Moraes, Diretora de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina. Ela ocupou a cadeira da Secretaria Municipal de Cultura e contou em entrevista à pesquisadora, dia 9 de setembro na Secretaria de Cultura, que após discussões e debates o

grupo chegou a um consenso, lembrando que a grande referência sempre foi a Lei Cidade Limpa aprovada em São Paulo.

Uma lei feita para uma cidade como São Paulo seria bastante restritiva para Londrina. Como lá foi uma primeira experiência, fica aquela vitrine. No nosso caso, tendo esse parâmetro, a discussão para alguns avançou, para outros, retroagiu. Mas o que eu acho importante é que a lei aprovada foi fruto de uma discussão entre todos esses segmentos, representantes de várias secretarias e da iniciativa privada que atuam no meio e gerou uma lei passível de ser aplicada, tanto que foi aplicada, embora tivéssemos travado uma batalha grande dentro da comissão entre os representantes das instituições relacionadas à mídia externa, que na verdade foram os mais prejudicados no aspecto financeiro com essa lei. Eles perderam uma fatia de mercado, isso tem que ser dito. As outras entidades e o poder público não viviam disso, esse setor vivia. Então, aí, o olhar é diferente. Mas se chegou a um consenso. Eles com certeza perderam, mas algumas questões foram preservadas, diferente do que foi a Lei de São Paulo, que era mais restritiva. Foi feita uma flexibilização que ficou muito melhor. (MORAES, 2013).

O resultado final, com a poluição visual minimizada, é aprovado tanto por Vanda de Moraes como por Carlos Cardoso. A diretora (2013) diz que “a cidade ficou melhor no sentido da poluição visual, de como você pode captar a paisagem cultural na cidade. Do ponto de vista do patrimônio, foi importante”.

O representante da Sepex lembra que o mercado de mídia externa estava “prostituído”.

Nós procuramos o padre Roque, que era o presidente da Câmara, uma semana antes. Foi anunciada a Lei Cidade Limpa no dia 6 de junho e nós tivemos uma reunião no dia 1º de junho com ele pedindo que a gente regulamentasse o setor, que se fizesse um projeto de lei para regulamentar o setor. Íamos visitar Curitiba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Foz do Iguaçu para fazer um *mix* e apresentar a ideia. Seis dias depois o Barbosa Neto, numa entrevista, pegou o dia 6 de junho, que é o Dia do Meio Ambiente, e apresentou o Cidade Limpa. O mercado estava prostituído, tinha excesso de *outdoor* e queríamos a regulamentação. [...]. A Avenida Madre Leônia Milito tinha 75 tabuletas de *outdoor*. Vejo que isso se torna uma comunicação inócua porque em 20 tabuletas você não lê uma; enxerga, mas não lê. (CARDOSO, 2013).

Cardoso (2013) aponta mudanças no comportamento, na forma de fazer publicidade externa e até nos valores pagos por essa mídia em Londrina.

O anúncio no *outdoor* e no *front light* hoje tem eficácia, conseguimos agregar valor a isso. Mudou o sentido do *outdoor*. Antes [a área utilizada] era só o caminho do Shopping [Catuaí]. Hoje, o *outdoor* é distribuído na cidade. Temos pontos na Avenida Arthur Thomas, na Serra da Esperança, que são avenidas de grande fluxo (na zona oeste), e na [avenida] Saul Elkind. Nunca imaginamos que a Zona Norte ia ter tanta solicitação de *outdoor*, e hoje, quando a agência passa o *briefing*, ela quer lá. Mudou o conceito, mudou a forma de comercialização, valorizou o produto.

Além de debater as alterações da lei, essas entidades formam hoje uma Câmara Técnica Permanente, oficializada no artigo 28 da Lei Cidade Limpa também como resultado dos debates. Esse artigo foi incluído no texto do substitutivo. Carlos Cardoso é o presidente dessa câmara que tem por atribuição analisar e emitir pareceres relativos à aplicação da lei, inclusive sobre os casos omissos.

Como qualquer lei, tem sempre os casos omissos, que dependem de uma análise do órgão gerenciador, que é a CMTU. Ela recorre a essa câmara [permanente] para ter uma avaliação. É importante que essa câmara técnica tenha sido mantida. Ela tem uma função importante que é fazer com que esses setores envolvidos se preocupem com essa discussão e deem suporte para a CMTU poder aplicar a lei e não decidir sozinha apenas com base no ponto de vista do órgão que gerencia. É um momento para a cidade ter uma câmara com esse perfil discutindo esse assunto, temos poucos fóruns desse tipo, principalmente que trata da paisagem urbana. Para o patrimônio, é fantástico. (MORAES, 2013).

Em decorrência dessa nova legislação, aprovada na forma do Substitutivo número 1 após os trabalhos da Câmara Técnica, os adereços publicitários que antes se multiplicavam pelas ruas sem qualquer padrão passaram a seguir as novas regras. Caso não respeitassem a legislação, proprietários dos estabelecimentos estariam sujeitos às penas impostas na lei, no caso, multa com valor mínimo de R\$ 1.000,00. A função de fiscalizar o cumprimento do conteúdo da Lei Cidade Limpa ficou para a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina, ligada à prefeitura.

No dia 2 de fevereiro de 2011, prazo previsto inicialmente na Lei Cidade Limpa para que todos os estabelecimentos estivessem em conformidade com as novas exigências, fiscais saíram às ruas para averiguar as lojas, principalmente no centro da cidade, área que abriga boa parte do comércio de rua. No entanto, boa parte dos comerciantes sequer havia começado as adequações. O tempo de seis meses previsto na nova legislação foi curto e incluiu o período do fim do ano, tempo de Natal, época em que o comércio está voltado para vendas e não para obras.

No início do ano, quando todos perceberam, o prazo limite já havia chegado sem que muitos tivessem feito as mudanças necessárias, como pode ser observado nas imagens tomadas pela pesquisadora no dia 3 de fevereiro de 2011. Algumas mostram, inclusive, as tarjas pretas coladas pelos fiscais da CMTU com a frase “Publicidade irregular, Lei 10.966/10, CMTU/LD” (Figuras 1, 2 e 3) neste primeiro dia de fiscalização.

Figura 1 - Banco Itaú – Calçadão.



Fotografia: Fernanda Bressan (03/02/2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 2 - Leo Cosméticos, Rua Maranhão.



Fotografia: Fernanda Bressan (03/02/2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 3 - Loja Unisex, Rua Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (03/02/2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Para evitar a multa, alguns estabelecimentos retiraram as placas que cobriam as fachadas, deixando os locais sem qualquer identificação (Figura 4). Outros empresários, atentos à movimentação dos fiscais, se apressaram em retirar os adereços que estavam irregulares, como adesivos de vitrine (Figura 5).

Figura 4 - Calçadão.

Fotografia: Fernanda Bressan (03/02/2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 5 - Loja Pititika's, Rua Sergipe.

Fotografia: Fernanda Bressan (03/02/2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Percebendo esse movimento e com receio de que empresários fossem multados, a Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), entidade de classe criada para defender os interesses dos empresários, tentou inicialmente estender o prazo para as adequações junto ao executivo municipal. Como a prefeitura sinalizou que isso não seria possível, a entidade foi à justiça e conseguiu uma liminar prorrogando o prazo para os ajustes, que passou de 2 de fevereiro de 2011 para 2 de agosto de 2011, ou seja, os empresários teriam mais seis meses para as adequações. Na justificativa, a ACIL reivindicou isonomia de direitos: o dia 2 de agosto de 2011 era a data citada na referida legislação como limite para a regularização dos *outdoors*. A justiça acatou o pedido e todos tiveram, ao final, 360 dias para atender às exigências previstas na legislação municipal.

A Lei Cidade Limpa deu origem a uma nova forma de pensar a cidade em termos de propaganda, fachadas e publicidade nas ruas ao estabelecer limites entre o que pode e o que passa a ser proibido nas vias públicas. Em decorrência dela, desde 2011 os moradores da cidade começaram a conviver com ruas mais “limpas”, com fachadas de lojas e prédios comerciais visivelmente menos poluídos.

Para dar uma dimensão do rigor da Lei 10.966/10, o Art. 8º determina que:

será permitido somente um único anúncio indicativo por imóvel público ou privado, que deverá conter todas as informações necessárias ao público.

§ 1º Os anúncios indicativos deverão atender as seguintes condições:

I. quando a testada do imóvel for inferior a 10,00m (dez metros) lineares, a área total do anúncio não deverá ultrapassar 1,50m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados);

II. quando a testada do imóvel for igual ou superior a 10,00m (dez metros) lineares e inferior a 100,00m (cem metros lineares), a área total do anúncio será aplicada a proporcionalidade de 15%, limitado ao máximo de 20m², devendo a partir daí ser subdividida;

Desse momento em diante, as enormes placas que tomavam conta das fachadas foram sendo substituídas, dando lugar a uma nova paisagem urbana (Figuras 6 e 7). A visualidade das ruas londrinenses ganhou novo contorno em um curto período. Os estabelecimentos comerciais perderam suas características conhecidas de identificação, ficaram sem as enormes placas, não podiam mais expor informações sobre promoções em suas vitrines. Era uma nova cidade do ponto de vista da paisagem urbana que nascia.

Figura 6 - Primeira Linha, Rua Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (setembro de 2010).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 7 - Primeira Linha, Rua Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (janeiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

A primeira cidade a adotar a Lei Cidade Limpa no Brasil foi São Paulo. Por lá, as regras existem desde 2007, estabelecidas na Lei Municipal nº. 14.223/06. Da capital paulista a legislação se multiplicou para outras cidades. No dia 5 de fevereiro de 2009, foi aprovada a Lei de nº 3.192/09 em Campos do Jordão, também chamada Cidade Limpa. Ela regulamenta a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, visíveis a partir de logradouro público, no território de Campos do Jordão. Em Osasco, as regras que dispõem sobre a ordenação da paisagem e controle sonoro no meio ambiente urbano estão na Lei

Complementar 206, de 9 de maio de 2011. Na lei, em Osasco, foi incluída a restrição da poluição sonora além da visual na lei.

Mais recentemente, Ribeirão Preto também aderiu à legislação que coíbe a poluição visual com a Lei 12.730, de 11 de janeiro de 2012, que ordena a paisagem urbana do município. O Rio de Janeiro tentou implementar uma versão mais *light* da Lei Cidade Limpa com o decreto 35.507 que criou o Rio Limpo. Entretanto, esse decreto abrange apenas a publicidade nas ruas de 22 bairros, deixando outros 138 livres da legislação.

Essas são algumas das cidades brasileiras que, como Londrina, seguiram o exemplo de São Paulo e adotaram regras mais rígidas para combater a poluição visual. O espírito e a essência da Lei Cidade Limpa seguem se multiplicando pelo país.

CAPÍTULO 2

3 A FOTOGRAFIA NAS CIDADES

Desde que surgiu, a fotografia tornou-se uma importante ferramenta para fazer com que fatos, acontecimentos, pessoas e paisagens fossem perenes. Nela o tempo se congela, não passa e nem desaparece. O adulto de hoje se vê ainda criança, sua história passada fica eternizada em uma imagem. Essa característica da fotografia levou muitos fotógrafos a registrarem situações antes que estas desaparecessem; atentos, eles acabaram por deixar como herança importantes documentos de uma realidade passada. Isso também aconteceu nas cidades.

Importantes fotógrafos do fim do século XIX e início do século XX foram os pioneiros no Brasil em fotografia de cidade. Autores de imagens em uma época em que o país passava por modernização e mudanças, eles fizeram com que a realidade daquela época pudesse ser transportada pelo tempo, existindo ainda hoje na segunda realidade, a realidade da fotografia. Entre os exemplos, citamos Militão Augusto de Azevedo (1837-1905), Aurélio Becherini (1879-1939) e Augusto Malta (1864-1957), que documentaram as capitais São Paulo e Rio de Janeiro, e José Juliani (1896 a 1976), que registrou os primeiros anos de Londrina, na década de 1930. Pelas lentes desses especialistas, parte da história dessas três cidades brasileiras - no que se refere ao ambiente urbano - foi preservada e hoje é memória viva de um tempo há muito extinto.

O fotógrafo italiano Aurélio Becherini veio para o Brasil no início do século XX. Considerado o primeiro fotojornalista da imprensa paulistana, ele deixou para a história e para a memória as imagens da cidade de São Paulo em um período em que ela passava por transformações intensas em seu espaço urbano. Contratado pelo então prefeito Washington Rodrigues, que administrou a capital paulista entre 1914 e 1918, Becherini documentou a cidade.

O acervo fotográfico desse importante personagem da história da fotografia urbana brasileira inclui imagens registradas entre 1905 e 1928, período em que ele documentou a transformação de São Paulo.

Nesse ambiente de efervescência cultural e política, de significativas alterações no espaço urbano central é que devemos inserir e entender a 'lente transformadora' do trabalho de documentação fotográfica de Aurélio Becherini (1879-1939). Ele tem uma importância diferenciada na história da fotografia paulistana e podemos considerá-lo como um dos pioneiros na tentativa de mapear e organizar a memória fotográfica da cidade de São Paulo. (FERNANDES JUNIOR, 2009, p.9).

Becherini soube prestar atenção aos detalhes e registrou momentos que estavam prestes a desaparecer. Com olhar aguçado para o ambiente urbano paulistano, ele não deixou que a história ficasse apenas na memória de quem viveu aquele período. Fernandes Júnior (2009, p.9-10) destaca que Becherini foi um fotógrafo "preocupado com tudo aquilo que estava em vias de desaparecer e, ao mesmo tempo, com as novidades que adentravam no espaço urbano". Com isso, registrou em imagens as mudanças que ocorriam. As fotografias tomadas por ele são até hoje documentos de recuperação da memória das primeiras décadas do século XX da capital paulistana.

A cidade de São Paulo daquela época guarda semelhanças com a Londrina do século XXI, em especial a partir da Lei Cidade Limpa e das transformações por ela provocadas no visual urbano da cidade norte paranaense. A Lei pode ser vista como um marco, um período em que cenas conhecidas dos moradores desapareciam na mesma proporção em que outras surgiam; momento em que saem as placas e letreiros de tamanhos enormes que ocupavam a frente das lojas. Elas deram lugar às fachadas, que puderam reaparecer revelando detalhes arquitetônicos, muitos deles históricos, que estavam escondidos sob adereços publicitários.

As mudanças na cidade surgem e desaparecem cotidianamente. A história acontece todos os dias. A história de Londrina, como já descrito, passou por mudanças, o que torna o ano que se sucedeu à aprovação da Lei Cidade Limpa um bom momento histórico a ser registrado fotograficamente, uma forma de utilizar a fotografia como documento. Afinal, "a paisagem urbana congelada no documento fotográfico eterniza a memória do cidadão". (FERNANDES JUNIOR, 2009, p.27).

Becherini não foi o único a se preocupar com a memória das cidades. Em outro importante estado brasileiro, o Rio de Janeiro, quem abriu caminho para as fotografias que ficariam para a posteridade foi o alagoano Augusto Malta, tido como o primeiro fotógrafo contratado oficialmente para atuar no poder público brasileiro. Como Becherini, ele também trabalhou para o poder executivo, tendo sido contratado em 1903 pelo então prefeito do Rio de Janeiro Francisco Pereira Passos, que governou entre 1902 e 1906.

Uma curiosidade ronda a biografia de Malta. Talvez ele tenha se tornado fotógrafo por acaso, ao trocar uma bicicleta por uma câmera fotográfica. Troca que beneficiou a história do Rio de Janeiro e, por que não dizer, também a fotografia, uma vez que, desde o episódio, a capital fluminense passou a ter suas cenas gravadas nas lentes de Malta.

A motivação inicial da contratação do alagoano pela prefeitura foi documentar as mudanças que aconteciam na época. “A prefeitura necessitava de alguém que pudesse registrar fotograficamente as obras de remodelamento da cidade e principalmente os imóveis a serem desapropriados, para fins de indenização.” (ERMAKOFF, 2009, p.18).

Malta fez da fotografia um documento para o poder executivo. De posse das imagens, o prefeito tinha em mãos a "realidade", ou seja, podia provar como estavam os imóveis antes de serem demolidos. Dessa forma, evitavam-se indenizações que não condiziam com a real situação das construções. Isso mostra que há mais de 100 anos a fotografia já era alçada ao *status* de documento, de registro imagético para servir de prova material para o que ali estava antes de ser transformado. Ermakoff (2009, p.26) chama a atenção para a riqueza do acervo fotográfico de Malta, que contempla mais de mil chapas. “O trabalho de Malta é de enorme importância para a preservação da memória da cidade, pois legou às gerações futuras imagens da sucessão de mudanças que ocorreram nas quatro primeiras décadas do século XX”.

Hoje as “chapas” de Augusto Malta são documentos de uma história real vivida há mais de um século. Como na terra carioca, Londrina viveu um processo de transformação de sua paisagem urbana. Alterações que ficarão para a memória da cidade por terem sido registradas pela fotografia. Sabe-se que a fotografia é um suporte importante como documento e como registro para a história. Traço do real, a imagem congela um momento e um espaço no tempo. Rubens Fernandes Junior (2009, p.16) destaca que:

Fotografar é olhar e registrar as coisas antes que elas desapareçam. A fotografia é um fragmento da realidade; do tempo; sem antes sem depois. [...] vemos nas suas imagens esse desejo de olhar e documentar para a posteridade cenas que se organizam e desorganizam a cada instante.

Eis aí uma importante faceta da fotografia, congelar instantes, ser um pedaço da história que sobrevive graças ao poder de escrever com a luz. Foi o que fez Militão Augusto de Azevedo em São Paulo no fim do século XIX. Ele "flagrou aquele cotidiano na iminência do seu desaparecimento". (LAGO, 2001, p.14). Com isso, a história do período ficou registrada não apenas em palavras, mas também em imagens que hoje, mais de um século depois, servem de norte para rememorar a capital paulistana daquela época, período em

que muito pouco se tinha de registro imagético, o que torna essas fotografias documentos de importância ímpar para a recuperação histórica.

As fotografias de Militão permitem uma abordagem mais globalizante da cidade. O enfoque nos aspectos topográficos, nas estruturas de circulação, na tipologia das construções e no perfil dos moradores faz com que a produção de Militão seja a única fonte para o conhecimento da cidade antes das transformações que eliminaram suas características de cidade colonial. (LIMA, 1997, p.100).

O tempo não para. Pessoas envelhecem, cidades se transformam. A única forma de congelarmos os instantes, pelo menos até hoje, é pela imagem fotográfica. Ela nos revela um momento da história, trazendo características que potencializam a percepção dos detalhes já extintos. O trabalho de Militão Augusto de Azevedo é uma máquina para se voltar no tempo.

Não fosse o trabalho de Militão, iniciado em 1862, a cidade de São Paulo seria hoje totalmente abstrata para nós, se a víssemos somente através dos mapas, aquarelas e pinturas. A fotografia materializa uma cidade esquecida, ajuda-nos a localizar suas qualidades essenciais, dá vida aos seus personagens que viveram naquele instante e se deixaram fixar nas fotografias de Militão. Não fosse também a existência desse registro fotográfico, tudo estaria excluído do tempo, definitivamente perdido. (LAGO, 2001, p.11).

A cidade de Londrina da década de 1930, época em que chegaram os primeiros pioneiros, é um tempo “perdido” para quem chegou à região décadas depois. Hoje as ruas asfaltadas, os prédios altos e shoppings tomaram o lugar da terra vermelha, dos pés de café, dos casarões, dos primeiros estabelecimentos comerciais. Mas a insistência de um pioneiro em se tornar fotógrafo – e a preservação das imagens feitas por ele – compõem um arquivo imagético desses primeiros anos de vida da cidade. Maria Juliani de Arruda, uma das filhas de José Juliani, publicou parte da história de seu pai em livro. Nele, ela conta que o início não foi fácil, mas que a persistência sempre foi uma característica da família. "José Juliani, obstinado no seu ideal de ser fotógrafo, colocou na fachada de sua casa uma tabuleta com os dizeres Photo Studio." (ARRUDA, 2002, p. 29).

A placa, em um primeiro momento, não surtiu efeito, servindo apenas para atrair poucos trabalhos ao pioneiro que chegou por aqui em 11 de março de 1933. Fotografias de pessoas mortas, um aniversário, a inauguração de uma escola. Era pouco para sustentar a família.

Quando pensava em buscar outra função, algo aconteceu. Sr. Ernest Rosemberg da Cia. de Terras Norte do Paraná apareceu à sua porta e disse: "sr. Juliani, nosso fotógrafo nos contou que na semana passada estava com um problema, pois esquecera qual dos lados do chassi havia batido, e tendo em vista a placa de seu foto, trouxe os negativos e o senhor revelou. [...] precisamos tirar uma foto do salto Cambezinho, o senhor poderia fazê-lo? (ARRUDA, 2002, p. 31).

Juliani de pronto aceitou a proposta e foi fotografar o ribeirão, localizado onde hoje está o Parque Arthur Thomas (Figura 8). A Cia. De Terras Norte do Paraná queria construir uma hidrelétrica por lá, e por isso as imagens precisariam ser enviadas à Inglaterra para que o potencial fosse mostrado e o projeto pudesse seguir em frente. A fotografia foi aprovada e, depois do fato, Juliani passou a ser o fotógrafo oficial da Companhia (ARRUDA, 2012).

Figura 8 - Salto do Ribeirão Cambezinho.



Fotógrafo: José Juliani.

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

As imagens sobreviveram porque os negativos de vidro foram adquiridos pelo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss em 1979. Com isso, “ficou garantida a conservação e preservação da memória”. (ARRUDA, 2012, p.32).

Pelas fotografias de Juliani temos acesso ao modo como os pioneiros viviam. Registros do cotidiano que revelam a fé, os estudos, as plantações, o comércio, a vida de Londrina. Vida essa que segue seu fluxo, segue passando por mudanças e transformações, que igualmente merecem ser registradas. A nova visualidade proporcionada pela Lei Cidade Limpa já é uma realidade. As placas, *outdoors* e poluição visual ficaram no passado, que permanece no presente pelas fotografias.

CAPÍTULO 3

4 FOTOGRAFIA: TRAÇO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA

A cena já não existe mais, ficou para trás no tempo. Assim, todos os dias, a história se faz. Seja por pequenos ou grandes acontecimentos, a cada minuto algo acontece e se perde na relação espaço-temporal. Não é possível, dentro da primeira realidade definida por Boris Kossoy - que é a realidade do assunto, do fato em si - parar o tempo. Todavia, há instrumentos capazes de perpetuar esse momento, de congelá-lo dentro da segunda realidade, que é a realidade do assunto representado. Dessa forma, momentos são eternizados. As fotografias, em especial, carregam essa característica de perpetuar acontecimentos e fatos na segunda realidade.

Mesmo antes da criação da fotografia as imagens já davam conta desse papel, trazendo a história para o tempo presente. Desde os primórdios os homens deixavam marcas por meio de imagens, não sabemos se de forma consciente para mostrar às gerações vindouras os seus feitos ou simplesmente como uma forma de se expressar. Independente do objetivo, caçadas, guerras e conquistas passaram pelas gerações por meio de elementos visuais e orais. Das representações pintadas na caverna de Lascaux, no sudoeste da França, às imagens virtuais do século XXI, o homem teve sua história representada, contada e rememorada com o auxílio da imagem. Elas têm dentre suas características a tarefa de narrar fatos, informar sobre culturas, desenhar cidades e países, mostrar a evolução e a transformação de lugares; até a nossa própria história é marcada pela presença de imagens, de fotografias. Também recordamos nossa vida por meio dos álbuns de família, para os mais antigos, e dos álbuns virtuais na era da internet. Não saberíamos como era o nosso rosto quando ainda éramos bebês se não existissem as fotografias. Elas trazem para o presente essa parte de nós que já ficou para trás.

As cidades também podem ter sua trajetória narrada por imagens. Como as pessoas crescem e se transformam ao longo dos anos, elas também mudam, se reinventam, se modernizam. Todas essas etapas podem ser rememoradas ou contadas de forma visual com a ajuda da fotografia. “Pois, se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados escritos, aqueles fatos perderam-se.” (LE GOFF, 2003, p. 429, *apud* LEFEBVRE 1971, p.17). Finda a primeira realidade, os assuntos só passam às gerações futuras quando materializados na segunda realidade.

A preservação da memória pela imagem é definida por Kossoy (2001, p.36): “A imagem do real retida pela fotografia (quando preservada ou reproduzida) fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena.” A fotografia é aquela testemunha que sobrevive ao tempo. Os fatos passam, a fotografia, ao contrário, permanece deixando os momentos guardados nessa imagem congelada de instantes passados.

Neste trabalho, que trata das transformações de Londrina com a aprovação da Lei Cidade Limpa, a fotografia é testemunha ocular das mudanças ocorridas na paisagem urbana da cidade. Essas alterações são mostradas em imagens e nos permitem rememorar o passado de forma mais vívida. “Como sugerido pelo crítico Stephen Bann, nossa posição face a face com uma imagem nos coloca ‘face a face’ com a história.” (BURKE, 2004, p.17). Voltamos no tempo ou viajamos até ele ao desvendarmos os detalhes impressos em uma fotografia. Ao permitir que nossos olhos circulem pela imagem, entramos em contato com aquele momento.

O potencial de verossimilhança que há entre a fotografia e a realidade remonta desde a sua descoberta, quando os pioneiros Nicéphore Niepce, Louis Daguerre e William Henry Talbot conseguiram pela primeira vez registrar o real em um suporte físico, cada qual com suas experiências. Esses precursores nos ensinaram a perpetuar os momentos escrevendo com a luz. Quase dois séculos depois, e com o aperfeiçoamento das técnicas e do aparelho, a fotografia segue como contadora de histórias e fonte de pesquisa.

As representações fotográficas contêm em si informações iconográficas sobre o dado real e, em função disso, são de grande valor para a pesquisa e interpretação nas ciências humanas, exatas e biológicas. [...]. As fotografias que registram os anéis de saturno, a erosão das rochas, a forma das montanhas, a paisagem em geral, as ossadas pré-históricas, as espécies animais e a vegetação do planeta, os restos arqueológicos, os resíduos orgânicos e marcas do passado, o movimento de uma rua na segunda década do século XX: a arquitetura dos edifícios, as fachadas dos estabelecimentos comerciais e de serviços, o vestuário dos transeuntes, a implantação de postes para instalação elétrica ou telefônica, entre inúmeros outros temas e cenários, constituem valiosa contribuição para a recuperação das informações, pela sua força documental. (KOSSOY, 2007, p. 40- 41).

A importância da fotografia como documento histórico é retratada por Kossoy em diversos momentos. Para o estudioso, “de todo o processo, somente a fotografia sobrevive. Os assuntos nela registrados atravessaram os tempos e são hoje vistos por olhos estranhos em lugares desconhecidos”. (KOSSOY, 1999, p.139). A fotografia em muitos momentos se confunde com a história, se mistura a ela, além de revelar realidades das mais diversas culturas. É um código aberto que pode ser “lido” em todos os territórios, por pessoas

de diferentes idades e até tempos históricos. Diferente da escrita, que só é clara para quem domina aquele idioma, a fotografia democratiza a informação. Não podemos deixar de lado que, pelo fato de ser um código aberto, a imagem possibilita diferentes leituras da cena retratada, podendo ser interpretada de maneiras divergentes, mas sempre há uma mensagem a ser passada e uma história a ser recuperada.

Podemos comparar a fotografia a uma máquina de tempo.

Quando apreciamos determinadas fotografias nos vemos, quase sem perceber, mergulhando no seu conteúdo e imaginando a trama dos fatos e as circunstâncias que envolveram o assunto ou a própria representação (o documento fotográfico) no contexto em que foi produzido: trata-se de um exercício mental de reconstituição quase que intuitivo. (KOSSOY, 1999, p.132).

Nessa “viagem” pelo tempo, a fotografia se mostra como um artefato que recupera e preserva a memória. Olhar fotografias antigas é rememorar tempos vividos para quem esteve lá, é contar a história para aqueles que estavam ausentes.

A força das imagens fotográficas provém de serem elas realidades materiais por si mesmas, depósitos fartamente informativos deixados no rastro de quem quer que as tenha emitido, meios poderosos de tomar o lugar da realidade – ao transformar a realidade numa sombra. As imagens são mais reais do que qualquer um poderia supor. (SONTAG, 2004, p.196).

Quando falamos em memória, temos nas imagens um recurso eficiente de recuperação dos fatos, da história. A memória do ser humano é volátil, se perde facilmente. Detalhes de fatos vividos são esquecidos ao longo do tempo. Basta fazermos um pequeno exercício para ilustrar essa premissa. Se perguntarmos como era a rua da casa onde uma pessoa morava quando criança, alguns aspectos virão à mente, principalmente os ligados a momentos afetivos e vividos com alguma emoção, afinal, nossa memória se fortalece quando está ligada à emoção (nos lembramos da roupa que usamos no Natal, mas dificilmente a que vestimos há cinco dias).

Entretanto, ao recordar o passado, muitos detalhes dessa nossa casa da infância passam completamente despercebidos. Acostumamo-nos com as novas paisagens e nos esquecemos do que tinha antes naquele espaço. Temos uma memória limitada. Como será que os londrinenses registraram nessa memória frágil a paisagem urbana de Londrina antes da aprovação da Lei Cidade Limpa?

A memória humana é imprecisa. A memória do poeta é fantasiosa e imprecisa. A memória da câmera fotográfica, ao contrário, é precisa, porém sempre carrega a subjetividade do olho que enquadra, seleciona e filtra. (FERNANDES JUNIOR, 2009, p.18).

Tendo como suporte a fotografia, nossa memória pode ser recuperada – e a história pode ser contada de forma mais pontual e detalhada por estar ilustrada. Nossa imaginação é fértil, o que abre um leque de possibilidades quando pensamos em resgatar a história pelo caminho do testemunho oral. Palavras ditas ou mesmo escritas são um campo rico para imaginar diferentes cenas e contextos, e fazemos isso baseados em nossas experiências pessoais. É como ler um livro, viajamos por aquela história, criando rostos para os personagens, cores para os lugares, detalhes para as construções. Para cada pessoa a imagem formada será diferente; já existe uma imagem previamente dada, ela se torna única para todos que a observam. Em se tratando de uma história real, é importante ter esse aparato para chegar o mais próximo da realidade.

Usando a fotografia como um documento, possibilitamos à memória se revigorar. Podemos utilizá-la junto com a história oral. Assim, é possível contar e mostrar fatos vividos aos personagens ausentes daquele momento, fazendo com que a realidade que se forma seja mais próxima do real. A fotografia é uma boa ferramenta para ativar a nossa memória.

Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida à Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento [...]. O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica. (LE GOFF, 2003, p.460).

A memória das mudanças ocorridas nas ruas de Londrina está, em parte, guardada nas fotografias tomadas antes que estas ocorressem. Uma fonte de documentação história relevante para perpetuar a memória coletiva e urbana da cidade.

A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária. A esse respeito, Gênova é pioneira; constitui arquivos desde 1127 e conserva ainda hoje registros notariais desde meados do Século XII. (LE GOFF, 2003, p.445).

Londrina é uma cidade nova, do século XX, época em que a fotografia já estava amplamente difundida no mundo. Entretanto, em nosso país, diferente de Gênova, não há a cultura de preservar a história. E isso se reflete nas cidades brasileiras, incluindo

Londrina. Construções antigas – que abrigavam a arquitetura dos primórdios da cidade – foram demolidas para abrir espaço para a modernidade.

A conhecida "casa dos sete anões", construída em 1945 na Avenida Higienópolis, esquina com a rua Tupi, é um dos exemplos mais recentes do descaso com a preservação histórica, a primeira realidade se foi em 2007 com sua demolição. A construção histórica caiu por terra e no local foi construída a agência de um banco. O mesmo ocorreu com a primeira Catedral – cuja réplica encontra-se no campus da Universidade Estadual de Londrina. Ela deu lugar a uma nova construção que em nada se assemelha à antiga.

Poucas são as construções históricas que permanecem em pé em Londrina. A Lei Cidade Limpa, mesmo que sem querer, promoveu um resgate de parte dessa história. As edificações que ainda existem estavam, em muitos casos, escondidas atrás de letreiros, biombos e placas. Hoje, podem ser observadas, fato que será mostrado com as fotografias do acervo da pesquisadora no capítulo 4.

Cabe antecipar que a Rua Sergipe é da década de 1940, aberta logo nos anos iniciais de Londrina, e o Calçadão como o conhecemos hoje é da década de 1970. Antes, o local abrigava a Avenida Paraná – nome que se mantém até hoje. Por essa razão, essas duas vias são sede de construções antigas – parte delas ainda de pé. Como esses dois pontos são dedicados, em sua maioria, ao comércio, essa história arquitetônica estava perdida atrás dos adereços publicitários dos estabelecimentos comerciais e de serviço.

Sacadas antigas, desenhos arquitetônicos de décadas passadas e paredes históricas voltaram à visão dos londrinenses após a aprovação da lei. Estruturas que aparecem nas fotografias de Londrina, tomadas nessas duas importantes vias comerciais. Realidade que pode ser comparada com o uso das imagens. A fotografia é, de fato, uma ferramenta de recuperação da memória, uma guardiã da história.

As imagens que contenham um reconhecido valor documental são importantes para os estudos específicos nas áreas da arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada, e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. (KOSSOY, 2001, p.55).

Esse traço de história e memória está na base desse trabalho, pois sabe-se que a fotografia é um documento que segue como relevante instrumento na reconstrução da memória das cidades. Temos aqui a imagem como reveladora do passado e fundamental para

manter ativos os detalhes que se perdem com o passar do tempo. Fotografar é dar vida à história.

CAPÍTULO 4

5 CIDADE LIMPA EM IMAGENS

Imagens fazem parte do repertório do ser humano há milhares de anos, informando e comunicando sobre cada cultura e período da história. Como as palavras, as representações imagéticas existem para passar alguma mensagem, elas são uma forma de comunicação usada em todo o mundo. Pelos olhos, captamos mensagens diversas quando nos deparamos com alguma imagem. Justamente por isso, elas sobrevivem aos séculos, se adaptando à evolução dos tempos.

Nesse contexto de necessidade de comunicação, com o passar dos anos, as representações imagéticas foram se transformando e, além das constantes transformações, novas formas de comunicação surgiram. Houve a época dominada pelas pinturas, pelas esculturas, pelos desenhos; tempos depois foi a vez da fotografia, até chegar atualmente à computação gráfica com as imagens digitais.

O comércio, percebendo a importância da imagem, também passou a utilizá-la para passar mensagens aos seus clientes. Pelas fachadas, estabelecimentos comerciais e de serviços mostram o que fazem ou vendem. Os consumidores se localizam pelas placas para encontrar o que precisam ou procuram. Seja pelo nome da loja ou pelo tipo de produto ou serviço que oferece, a fachada é o primeiro cartão de visita do estabelecimento. Ao olhar a fachada, temos uma ideia do que encontraremos no interior daquele ponto comercial, por isso ela é tão importante, tendo a função de nos convidar para entrar ou não ao local. É a identidade da loja, que pode ser positiva ou negativa dependendo de como ela se mostra.

Antes da Lei Cidade Limpa, o comércio de rua Londrina se comunicava pelo tamanho das placas e painéis. As fachadas se sobrepunham umas às outras em uma miscelânea de imagens. Na Rua Sergipe, uma das principais dedicadas a essa modalidade de negócio, era fácil encontrar placas cobrindo grande parte das construções. Em determinados pontos o nome do estabelecimento aparecia várias vezes na mesma fachada, como mostra a figura 9. Uma redundância.

Figura 9 – Rua Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (agosto de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Mas essa cena foi sendo paulatinamente transformada ao longo de 2010 e 2011. Forçados pela Lei que entraria em vigor em poucos dias, os estabelecimentos comerciais começaram a mudar sua apresentação frontal e as fachadas aos poucos foram deixando de ser verdadeiros *outdoors*.

Uma fotografia tomada em janeiro de 2011 mostra as mudanças. A primeira medida realizada pelos comerciantes desses dois pontos foi retirar parte das enormes placas que ocupavam as fachadas. Pela Lei, vale lembrar, cada fachada poderia ter apenas um indicativo de loja em tamanho não superior a 15% da testada do imóvel. Em um deles, o da Gigante da Sergipe, é possível ver a marca deixada pelo objeto, uma mancha escura que, nesse primeiro momento, mostrava um comércio desleixado. A Daron ainda mantinha a fachada fora dos padrões estabelecidos pela lei, tendo retirado apenas a pintura que ficava na parte superior da construção. A placa ainda permanecia no local.

Figura 10 - Rua Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (Janeiro de 2011).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Pelas imagens passamos informações. A mensagem transmitida pela fachada do Gigante da Sergipe, nesse momento, não era das mais assertivas, não cumpria com o papel de atrair clientes, de se comunicar de forma eficiente, de ser agradável aos olhos e convidar as pessoas a adentrarem à loja. Na cultura brasileira há uma valorização da imagem. Normalmente, nos preocupamos com a apresentação de objetos, de embalagens e também com a imagem pessoal. Sentimos-nos atraídos ou repelidos até de forma inconsciente pela mensagem que chega até nós pelos nossos olhos.

As fachadas são de extrema relevância no comércio. É a "roupa" que o estabelecimento escolheu para ser visto. A mudança desses dois pontos comerciais pode ser observada na comparação da fotografia tomada em agosto de 2010 com a feita em maio de 2011 (Figura 11). Um dos estabelecimentos já estava reformado, exibindo uma nova placa dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei Cidade Limpa. O local não se limitou a isso. O que antes estava escondido pelas placas precisou ser adaptado à nova realidade. Na fotografia de janeiro de 2011 as janelas estão cobertas, a pintura está antiga e suja. Em maio deste mesmo ano já é possível ver vidros nas janelas e pintura nova. No estabelecimento ao lado percebemos pela imagem que as quatro indicações

enormes com o nome da loja já não faziam mais parte do cenário, entretanto uma nova ainda não havia sido colocada. Com as portas fechadas seria difícil identificar que loja havia ali. O cartão de visitas ficou sem a informação, como um papel em branco.

Figura 11 - Rua Sergipe



Fotografia: Fernanda Bressan (02 de maio de 2011).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

As fotografias tomadas para este trabalho ajudam a entender um outro processo que se passa em nosso cérebro: o de não enxergar as imagens quando estas se sobrepõem umas às outras, assunto que será debatido mais adiante, no Capítulo 6. Ao observar a fotografia da Rua Sergipe (Figura 12) percebemos várias placas de lojas em sequência sem, no entanto, nos sentirmos atraídos por nenhuma delas em específico. Não nos atemos à mensagem que cada um intenciona passar. A cena que se forma é única, como se todas essas fachadas fizessem parte de um mesmo quadro, de uma mesma imagem. A visualização das lojas de forma individual fica comprometida para quem transita por ali sem estar com o olhar atento. É a materialização do que definem Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2011, p.24): "Não é mais da carência que nasce o desnoriteio; é do hiper. É ele que convém interrogar."

Figura 12 - Rua Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (Agosto de 2010)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan

Londrina estava tomada pelas "hiper imagens". Esse conceito de hiper imagens está dentro do contexto da pós-modernidade. É a sociedade hipermoderna, descrita pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky no livro *Os tempos hipermodernos* (2004), em que tudo é elevado à potência superlativa.

Antes da Lei Cidade Limpa, essa cultura das "hiper imagens" levou o olhar ao desnorteio. As placas sobrepostas, na prática, tornam-se ruídos para a boa e eficiente comunicação. A mensagem não chega como intenciona o signo, as fachadas não cumprem essa função. Entre emissor e receptor não há um canal eficiente para fechar o ciclo da informação, que, em virtude disso, não chega de forma clara ao destino final.

No entanto, mesmo que ineficiente, não podemos deixar de lado que o londrinense estava acostumado a essa imagem da Rua Sergipe, à cena da via com suas placas e poluição visual. Esse era o lugar conhecido. Por isso, em janeiro de 2011 (Figura 13), o que se vivenciou nesse ponto foi uma sensação de estranhamento, de não pertencimento. Com a retirada das placas, perdeu-se a noção do que estava ali, a via tornou-se desconhecida, um não lugar.

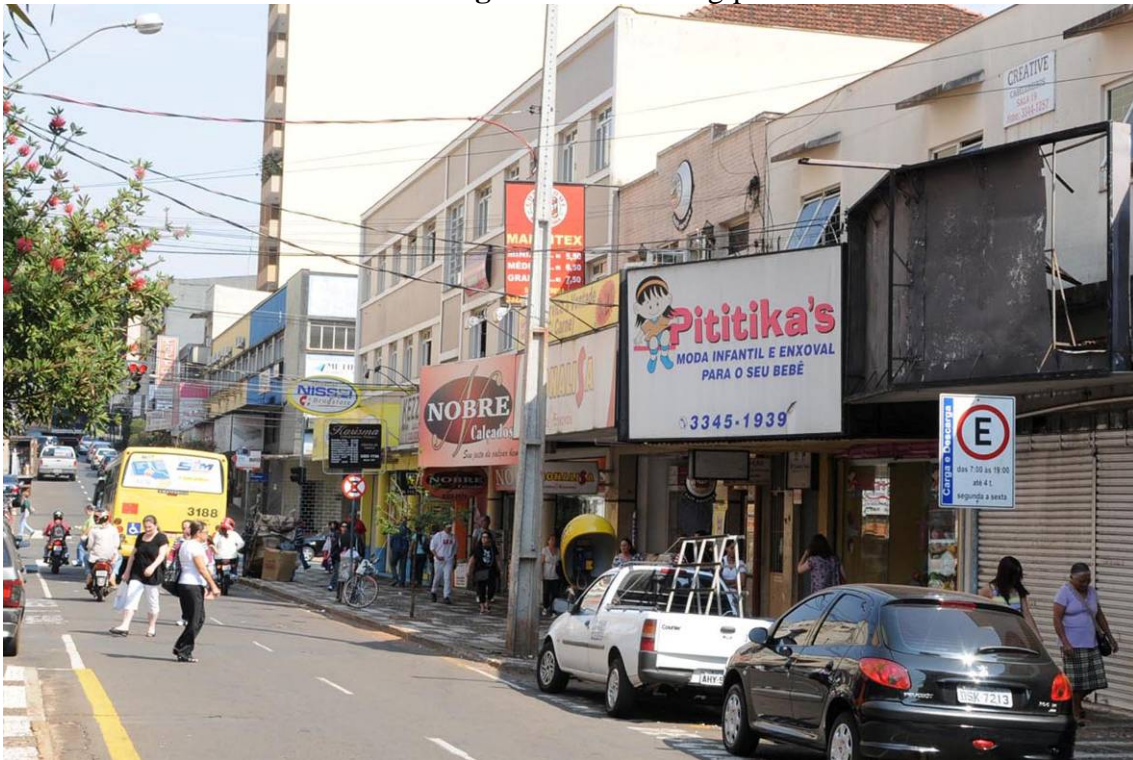
Como afirma Décio Pignatari (2002), quando introduzimos um signo novo o que acontece, em um primeiro momento, é a ininteligibilidade. O novo visual da Rua Sergipe

não ia ao encontro do repertório do londrinense. Um novo sistema de signo se formaria no local e era preciso aprender a entendê-lo, conhecê-lo para só então decifrá-lo. Mensagens de alta entropia não são necessariamente compreendidas por todos.

Cada indivíduo constrói suas referências com o repertório que adquire ao longo da vida. O “visual” é algo que está enraizado nas mais diferentes raças, culturas e tempos históricos. Cada qual, claro, com seus signos e significados. Afinal, para dar sentido às coisas, são necessárias referências que nos são dadas em determinado momento, local e identidade cultural. O real não tem consistência ontológica em si mesmo; o sentido é uma construção simbólica e, por isso, muda. Uma mesma imagem é percebida de maneira distinta se exposta a pessoas de diferentes nacionalidades, para dar um exemplo. Principalmente se for carregada de simbolismo.

Ao longo do tempo, acontecem processos de mudança de sentido. Isso afeta nossa forma de ver, interagir e representar o mundo. Construimos e reproduzimos paradigmas tendo as referências que acumulamos ao longo da vida como base. Um mundo, uma cidade e uma rua são percebidos, dentre outras coisas, pelo olhar. Estar nesses locais, inserido em uma sociedade, é dar sentido à vida e às coisas. Somos condicionados às características desse mundo que se coloca como um grande conjunto de imagens. E nos acostumamos a ele. É confortável estar onde se conhece, atravessar espaços desenhados por imagens que há tempo estão imersas em nosso mundo consciente, e até inconsciente.

É como uma rotina. O que acontece quando mudamos um móvel de lugar na casa? Inicialmente seguimos buscando aquela referência no lugar anterior, afinal, habituamos-nos a isso. Se fecharmos os olhos, veremos a cena anterior à mudança. Podemos fazer essa mesma comparação com os locais por onde passamos. Quase que de forma inconsciente e automática, vamos registrando referências visuais para as coisas, ruas, casas e lojas. Criamos uma identidade para as imagens que nos rodeiam, principalmente com as quais construimos nosso dia-a-dia, nossa vida. Para quem tinha a Rua Sergipe como rota, seja a pé, de carro ou de transporte coletivo, a cena das placas sobrepostas (Figura 13) era a identidade vigente.

Figura 13 - Rua Sergipe.

Fotografia: Fernanda Bressan (Setembro de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

No entanto, pela imagem, nós mudamos e transformamos a relação que temos com o mundo e formamos novas referências (Figura 14). Nossa percepção se dá pelo olhar e interagimos com este sentido, salvo quando ele não pode ser pleno por alguma deficiência e, por isso, recorremos a outros sentidos para construir nosso mundo imaginário. Fora isso, construímos identidades para os locais pelos quais passamos os olhos, pelas imagens que chegam a nós por eles.

Figura 14 - Rua Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (Janeiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Por vezes, essas identidades podem ser invertidas, recriadas, modificadas. Como no simples exemplo lembrado há pouco, a mudança nos móveis de uma casa provoca novas sensações; o mesmo acontece quando dormimos em um quarto de hotel e, ao acordar à noite, não sabemos onde acender a luz: a referência é outra.

Usando o eixo sintagmático, da mesma maneira que nos relacionamos com a casa nesse sentido visual e espacial, nos relacionamos também com a cidade em que vivemos, seus símbolos, visualidades, códigos. A Lei Cidade Limpa promoveu uma espécie de re-significação dos espaços nas ruas de Londrina. A “cama” mudou de “cara”, ganhou outra identidade. Não era mais a mesma que dormimos na noite anterior.

Locomover-se na cidade passou a despertar essas novas identidades, a encontrar qual era a nova forma que se mostrava a nós pelo olhar. As fachadas tinham agora que ser percebidas sob um novo conceito, uma imagem diferente da habitual. E isso causou certo estranhamento. Não dava mais para ligar o "piloto-automático", era preciso prestar atenção aos caminhos que surgiram com as novas imagens, caso contrário poderíamos não encontrar o que buscávamos pelo estranhamento do novo.

Em fevereiro de 2011 vários estabelecimentos estavam diante de uma realidade diferente, a de não ter as fachadas com o nome da loja (Figuras 15 e 16). Com as

fachadas nuas, sem as placas, os moradores perderam os símbolos com os quais reconheciam as lojas comerciais. Nesse primeiro momento, não havia sequer índices do que existia ali antes, levando em consideração que o que se percebia como loja era, na verdade, a placa exposta na fachada.

Começou-se então um processo para reformular o significado daquele lugar e estabelecer um novo sentido às ruas comerciais. “Criam-se novas modalidades de subjetivação do mesmo modo que um artista plástico cria novas formas a partir da palheta de que dispõe.” (GUATTARI, 1992, p. 17).

Figura 15 - Rua Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (Janeiro de 2011).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 16 - Rua Sergipe.

Fotografia: Fernanda Bressan (02 de maio de 2011).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan..

A fase de transformação incluiu um hiato. Aos poucos, novas formas foram surgindo no cenário da cidade. O que dizer da paisagem que apareceu no Calçadão, entre a Rua Minas Gerais e Avenida Rio de Janeiro (Figura 18)? O local abriga um consultório odontológico e uma loja de calçados, como mostra a fotografia tomada em agosto de 2010 (Figura 17). Meses depois, já sem os indicativos de loja na fachada, os estabelecimentos parecem um outro lugar. A transformação pode ser vista em detalhes com o auxílio da fotografia, que registrou o antes e o depois, provocado pela Lei Cidade Limpa.

Figura 17 - Calçadão



Fotografia: Fernanda Bressan (Agosto de 2010).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 18 – Calçadão.



Fotografia: Fernanda Bressan (Fevereiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Ao longo dos meses, as enormes placas deixaram de poluir a paisagem urbana das vias comerciais de Londrina. Em algumas lojas, os indicativos eram praticamente um *outdoor* (Figura 19), escondendo estruturas importantes como janelas que estavam nos

andares superiores, como revela a imagem (Figura 20), tomada do mesmo local tempos depois.

Figura 19



Fotografia: Fernanda Bressan (Setembro de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 20

Fotografia: Fernanda Bressan (27 de novembro de 2011)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan

As calçadas também passaram por mudanças. Além de determinar o tamanho das placas indicativas de lojas, a Lei Cidade Limpa proibiu placas que invadissem o espaço do pedestre. A Figura 21 mostra como a proliferação desses adereços para fora dos estabelecimentos poluía as calçadas. Tantas placas e identificações mais uma vez prejudicavam a compreensão do que estava descrito na imagens.

Figura 21



Fotografia: Fernanda Bressan (11 de setembro de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Essas imagens são um parâmetro que mostra de forma mais detalhada as mudanças pelas quais Londrina passou recentemente. Fotografias de cenas que já não existem mais, mas que seguem vivas no documento.

CAPÍTULO 5

6 FOTOGRAFIA, O GATILHO DISPARADOR DA MEMÓRIA

Olhar fotografias de fatos, cenários, pessoas ou eventos já ocorridos é um convite para voltar no tempo. As imagens congeladas e, por isso, preservadas, revelam circunstâncias, características e detalhes que acabam por reavivar a memória, ampliá-la, potencializá-la. Justamente por isso, a fotografia tem sido usada como um instrumento capaz de trazer para o presente sentimentos, histórias e paisagens que ficaram no passado. Junto a outros documentos, e também à história oral, essas imagens ajudam a recontar o passado e a construir e reconstruir a história.

O poder que a fotografia tem de reavivar momentos anteriores é objeto de pesquisa na Universidade Estadual de Londrina (UEL), da qual faz parte, inclusive, uma metodologia que usa a fotografia como instrumento disparador do gatilho da memória. Ela é aquele fio que conduz as lembranças ao passado. E esse passado nem precisa ser tão distante assim.

O método foi formalizado pela primeira vez por Hoffmann (2010). Antes disso, porém, já era objeto de estudo no Grupo de Pesquisa *Comunicação e História*, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pela proposta, a primeira etapa dessa recuperação histórica se dá com a busca por informações do período que se quer rememorar. Documentos são importantes para se ter conhecimento da história oficial, aquela que ficou registrada. Depois há a busca por pessoas que viveram aquele momento e que podem enriquecer essa recuperação com o testemunho oral. É nessa hora que a fotografia tem se mostrado relevante na descoberta de detalhes da história de cada um que estavam ocultos na memória. De posse das imagens, os entrevistados vão além das lembranças iniciais colhidas na história oral.

A imagem é um convite para voltar no tempo e reviver momentos. Nesse caminho, ela acaba por trazer à tona características, acontecimentos, costumes, sentimentos e situações já passadas que não apareceriam de forma espontânea na entrevista oral. Nossa memória é passível de falhas, de esquecimentos e ausências; a imagem é o fio condutor que nos leva de volta ao momento registrado, reascendendo detalhes que já estavam escondidos nas entrelinhas, elas acordam nossas lembranças e reorganizam nossa memória, possibilitando uma nova síntese do momento revivido.

A Lei Cidade Limpa faz parte da história recente de Londrina, entretanto a imagem das fachadas de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços que existiam antes da aprovação da nova legislação, bem como as alterações advindas dela, já não são tão perceptíveis aos olhos dos londrinenses. Empresários e trabalhadores do comércio entrevistados para este trabalho se surpreenderam ao perceber que não se recordavam de detalhes existentes antes da lei, mesmo aqueles que faziam parte de sua rotina diária.

Nájila Nabhan, proprietária da loja Gigante da Sergipe e presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina (Sincoval) entre 2008 e 2011 é um exemplo. Em entrevista realizada no dia 16 de abril de 2014 ela afirmou ser uma pessoa observadora e que se lembrava dos detalhes não só da Rua Sergipe como da cidade antes da lei. Nájila disse, inclusive, que a loja não tinha ficado um dia sequer sem placa de identificação. Entretanto, ao ver as imagens do período (Figura 22), se espantou ao perceber que tinha se esquecido de um período de mudanças.

(Entrevista antes de mostrar as fotografias)

Pesquisadora: Quando as lojas ficaram sem as placas, você teve dificuldade em identificá-las?

Nájila: Eu sou muito observadora, sei onde tem tudo na cidade. Para mim, a lei não teve muita mudança (na percepção das lojas). Mas ficou melhor, a cidade ficou mais *clean*.

Pesquisadora: E os clientes, eles estranharam a loja quando as placas foram retiradas das fachadas?

Nájila: Eles estranharam, perguntavam que loja era essa, minha preocupação foi já fazer uma fachada nova antes de tirar a placa. Não fiquei um dia sem placa de loja, mas mesmo assim eles não identificavam, não enxergavam a placa pequena. O primeiro impacto foi difícil, mas depois normalizou.

[...]

(Entrevista com as fotografias)

Pesquisadora: A fotografia ajuda a recuperar a memória, você voltou no tempo vendo as imagens que mostram o antes, durante e depois da Lei Cidade Limpa?

Nájila: Amo foto, sou apaixonada. Fica mais claro sim, eu lembrava, mas você vê, na hora que bati o olho eu vi que não lembrava dessa fase, sendo sincera com você. Eu não sei se é porque nós estávamos muito envolvidos, foi muito rápido. Era muito envolvimento, guincho, pintor, serralheiros, eu não conseguia mais lembrar dessa fase que estava horrível (Figura 22).

Figura 22 - Fachada Gigante da Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (30 de janeiro de 2011).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Ao ver essa imagem (Figura 22), Nájila Nabhan imediatamente voltou aos dias em que ela foi tirada, reviveu a tensão, a correria, as mudanças que precisavam acontecer pontualmente para evitar transtornos com a prefeitura. A fotografia a fez voltar a janeiro e fevereiro de 2011, ela funcionou como um gatilho disparador da memória, indo além da própria imagem. Nájila não se recordou apenas da fachada daquele momento, mas dos acontecimentos que fizeram parte daqueles dias.

Aqui (Figura 22) em janeiro. Na semana do Carnaval, em fevereiro, foi a semana que a gente tirou [a placa] porque para pintar tinha que trocar o vidro. Nos dias do Carnaval fizemos isso. Foi uma fase que passamos muito nervoso porque tínhamos autorização da prefeitura, mas a CMTU meteu a boca, não quis deixar tirar porque era horário comercial, mas não tinha como, faltava mão de obra. Mas a prefeitura já tinha autorizado a semana para fazer. [...] Era um pessoal que tirava a placa, o outro que entregava o vidro mas eles não entregavam o vidro no dia, tivemos que por lona. Está vendo, voltou no tempo mesmo.

Durante a entrevista, Nájila Nabhan olhava várias fotografias ao mesmo tempo, montando um quebra-cabeças com as fases já vividas. Segundo Teixeira (2003, p.34): "A fotografia como disparadora do gatilho da memória aciona a memória pré-consciente,

trazendo à tona lembranças que se desencadeiam a partir da imagem, indo além dela." No caso da empresária, as imagens revelaram não só o visual antigo da loja como também fizeram com que ela se recordasse do estresse vivido no período, dos serviços contratados e até das falhas, como o atraso na entrega do vidro.

As imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam em si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência. (KOSSOY, 1999, p.21).

Uma única imagem foi capaz de trazer o passado para o presente de forma vívida. A surpresa foi tanta que ela pediu para chamar Cícero, gerente da loja, para mostrar a ele as fotografias. "Cícero, você lembra disso (Figura 23)? E disso (Figura 22)?" E o Cícero respondeu: "Essa aqui da retirada (da placa), né? Trabalhamos três dias sem dormir, o Carnaval inteiro." Para o gerente, a imagem também trouxe como recordação o trabalho intenso feito durante o Carnaval de 2011.

Figura 23 - Fachada Gigante da Sergipe.



Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Com a figura 23 nas mãos, Nabhan fez menção à ação envolvida com aquele período. "Aqui o Gigante. Olha, nessa fase já tinha aprovado (a lei). A minha fachada estava até sem lavar e pintar porque a gente sempre faz o serviço no final do ano, mas não fiz porque ia entrar a lei, tudo tem custo."

Para a empresária do Gigante da Sergipe, as fotografias são instrumentos para reativar a memória.

Pesquisadora: A fotografia é importante para memória?

Nájila: Nossa! Com esse negócio de internet, você não olha mais (as imagens). Eu costumo revelar as fotos mais importantes. Lembro quando sentava na sala dos meus pais. Foto você guarda na memória, adoro sentar e ver fotos antigas, como era, como ficou. Vou fazer um álbum de todo mundo da minha família, meus pais, irmãos, sobrinhos e sobrinhos netos. Daqui a pouco eles não vão ter mais recordação.

Pesquisadora: Você conseguiria ter a dimensão da mudança sem as fotografias?

Nájila: Eu acho que ainda está muito recente, eu lembraria hoje, mas eu acho que daqui uns 3, 4 anos eu não vou lembrar, vou pegar essas fotos e vou falar: "Meu Deus do céu, como era feio!".

Ana Silvia Martins de Sousa, gerente da loja Stop Jeans desde 2005, também foi entrevistada no dia 16 de abril de 2014. O estabelecimento fica na Rua Sergipe, ao lado do Gigante da Sergipe. Antes de ver as imagens, ela foi questionada sobre as lembranças que tinha antes da aprovação da lei.

Ana Silvia: Era um visual bem feio para a Sergipe. As fachadas eram enormes, todas desiguais, cada um fazia do seu jeito, um queria aparecer mais que o outro, as calçadas eram horríveis, os clientes caíam muito. Era uma imagem muito antiga que não combinava com a cidade, uma cidade tão moderna como Londrina.

Pesquisadora: Você conseguia visualizar as lojas individualmente com as placas grandes?

Ana Silvia: As placas se misturavam, você tinha que prestar bastante atenção. Eu achei legal essa padronização, essa Lei Cidade Limpa. No começo a gente estranhou, a cidade ficou parecendo uma cidade abandonada, mas depois as lojas foram se readequando, seguindo a norma.

Pesquisadora: Como era a fachada da Stop Jeans antes da lei?

Ana Silvia: Ela era uma fachada enorme, tinha uma foto de uma moça com jeans (para e pensa um pouco). Eu para imagem, às vezes esqueço um pouco, mas era bem feia, nós colocávamos na porta da loja uns cartazes, era bem fantasiado mesmo.

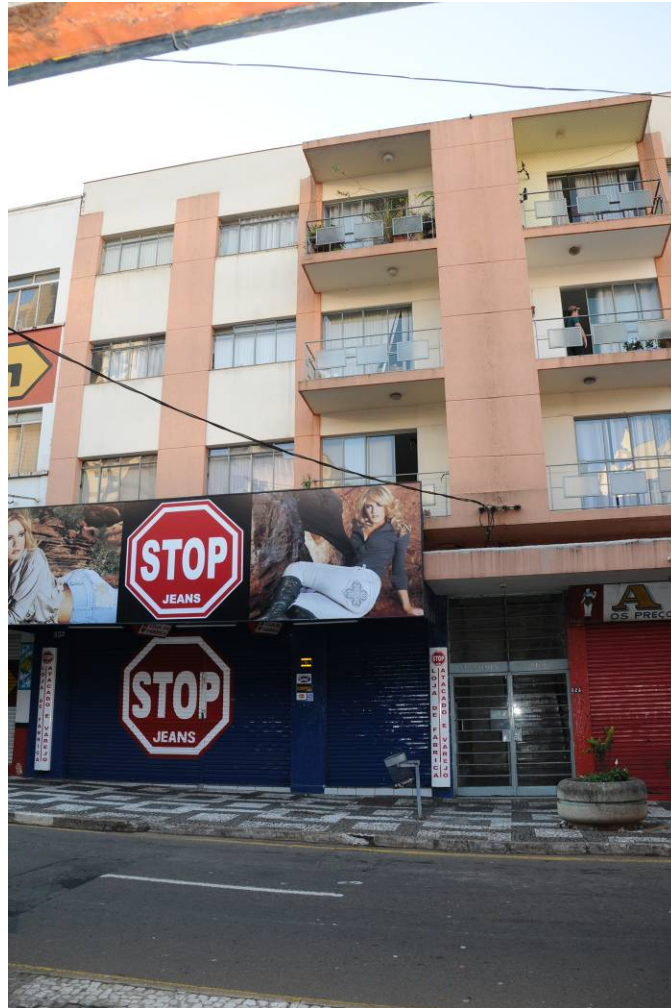
Pesquisadora: Depois ficou um tempo sem nada na fachada?

Ana Silvia: Ficou um tempo sem nada... ai, como que era a última? Ficou uma fachada menor, sabe que eu me esqueço, porque as mudanças vêm e você acaba não lembrando, você tem a foto?

Pesquisadora: Tenho, daqui a pouco eu vou te mostrar.

Ana Silvia: Eu sei que tinha uma foto de jeans.

Figura 24 - Fachada Stop Jeans.



Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 25 - Rua Sergipe



Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan

Ao ver a fotografia tomada no dia 8 de agosto de 2010 (figura 24), Ana Silvia Martins de Sousa mostrou-se surpresa.

Ana Silvia: Nossa! Olha, a placa subia até quase na janela do apartamento. Não lembrava mais que era assim.

Pesquisadora: E da rua assim (figura 25), você se recordava?

Ana Silvia: Feio né?

Pesquisadora: Ver as fotografias te ajuda a perceber as mudanças?

Ana Silvia: Claro, nossa! Ainda falta melhorar essa loja.

Pesquisadora: Você conseguiria ter a dimensão da mudança sem as imagens?

Ana Silvia: Não, eu não conseguia lembrar, a gente esquece. Há nove anos eu ando na Sergipe mas a gente esquece. Você se acostuma com o (visual) atual. Eu tive dificuldade de lembrar da loja, não lembrava que era isso daqui (figura 24). Muitas vezes andamos pela calçadas e não olhamos.

Pesquisadora: É importante ter imagens?

Claro, é a história da rua, olha as calçadas como eram? Ajuda a contar a história da rua, ela melhorou muito, a Sergipe é uma referência do comércio popular e precisava de um cuidado especial que veio com essa Lei Cidade Limpa e o projeto Nova Sergipe. Isso atrai novos públicos. Tem que ser

atrativo, ter conforto. Muito legal esse trabalho que você está fazendo. Olha como os prédios são velhos. Tem que ter uma lei, senão vira uma bagunça.

Pesquisadora: Em resumo, as fotografias te ajudaram a lembrar?

Ana Silvia: Sim, um lugar que frequento há muito tempo. A fotografia é para isso, pra gente recordar. Mas estamos esquecendo da fotografia do papel.

Durante as entrevistas, foi possível confirmar que a população viveu uma situação de estranhamento logo após a aprovação da Lei Cidade Limpa.

Pesquisadora: Quando tirou a placa grande da fachada os clientes estranharam?

Ana Silvia: Estranharam, os clientes ficaram perdidos, eles chegavam na loja e perguntavam onde eram as lojas, eles olhavam mas não conseguiam reconhecer. Ficou muito feio, você passava de carro e via aquelas lojas sem fachadas, abandonadas.

Pesquisadora: Mesmo os clientes assíduos ficavam perdidos?

Ana Silvia: Ficaram sem referência, eles se orientavam muito pelas placas.

Nájila Nabhan também falou da situação vivida nos dias posteriores à retirada dos grandes adereços das fachadas.

Tivemos que colocar uma placa aqui dentro porque o pessoal não conseguia identificar essa placa pequena. Passava reto e falava: aqui é o Gigante? Tivemos que colocar essa placa. Demorou um monte para o pessoal achar a loja, passavam direto e falavam que não tinham achado a loja. Daí colocamos placa pra dentro da loja. A loja perdeu a identidade por um momento. (NABHAN, 2014).

Samir Ali Zebian, proprietário da Mega Calçados (que na época da aprovação da lei se chamava Center Tennis), viveu uma situação diferente com relação ao estranhamento da população. Ele foi entrevistado no dia 3 de maio de 2014 e afirmou que desde o início o estabelecimento se tornou visível para os consumidores. Diferente da maioria das lojas, a dele se adequou dentro do prazo inicial, que era fevereiro de 2011. Isso fez com que a loja já tivesse uma nova comunicação visual, não passando pela etapa "sem fachada".

Quando começou a ter o prazo para se adequar, já fui providenciando a nova [placa], continuei com a antiga e quando a nova ficou pronta tirei a antiga. Muitas pessoas que deixaram para última hora tiveram que tirar para não serem multadas e aí ficaram um tempo até encomendar e chegar a placa, ficaram sem a propaganda. No meu caso eu me antecipei, não deixei para a última hora, e ficou bom. Já vi que teria que fazer e disse, vamos fazer. (ZEBIAN, 2014).

Antes de ver as fotografias do "antes" e "depois", Zebian falou sobre o que se recordava das lojas no Calçadão. A loja dele existe desde 1999.

Zebian: Todas as lojas tinham fachadas bem grandes, todo mundo queria se destacar, fazer um negócio que mais chama a atenção. A minha loja não fugia disso, tinha um painel bem grande, com aqueles luminosos [*backlights*], era bem chamativo, a noite acendia e chamava bem atenção, bem baianão mesmo, porque todo mundo tinha e você tinha que se adequar àquilo. Era um negócio bem grande.

Pesquisadora: Tinham placas grandes que concorriam com a sua nas lojas do lado?

Zebian: Tinha, tinha nas laterais também, praticamente um tampava o outro porque um quer mostrar mais o seu nome, as pessoas faziam até uma placas transversais. Uma se sobrepunha à outra, e isso era geral.

Para o empresário, esse excesso de publicidade nas fachadas acabava por prejudicar as lojas, mas ninguém se dava conta disso, todos estavam habituados àquela visualidade, àquela forma de se mostrar para o consumidor. Querendo ser cada vez maior, todos se tornavam "menores".

Pesquisadora: As lojas eram bem vistas com essas placas grandes, como você via isso?

Zebian: Então. Como você está acostumado com aquilo, todo mundo, e eu, desde pequeno, já estava acostumado a ver as fachadas daquele jeito, então acaba se tornando normal, você não falava "que feio" mas "é assim". Você não se ligava que o negócio era ruim e feio porque já estava no comum.

Pesquisadora: Você tem noção do quanto mudou a sua fachada para quem passa pelo Calçadão?

Zebian: Mudou bastante. Na verdade é o seguinte, vou falar uma coisa até engraçada, agora ficou mais visível do que antes. Porque antes estava no meio de muita gente e as pessoas faziam esses luminosos embaixo das marquises. Primeiro que isso sobrecarregava a visão da pessoa, ela não conseguia identificar várias lojas porque era muito, a pessoa não consegue ficar olhando placa por placa, ela vai passando e vai vendo. O fato de [a placa] ficar nas marquises, quem está passando na calçada de fato não vê, só quem está do outro lado da rua. Agora, com os letreiros uniformizados em tamanhos menores, fica fácil da pessoa identificar a loja, ela vê a loja e vê o nome. Como tem essa questão de que se for uma placa mais chamativa ela tem que ficar um metro recuada, a pessoa que passa nas duas calçadas enxerga a minha propaganda. Na verdade hoje eu falo pra você que menor ela ficou mais visível do que quando era maior.

Entretanto, ele confessa que à época da discussão e aprovação da Lei Cidade Limpa, teve uma posição diferente.

No começo eu particularmente fui contra, a gente fica com medo da mudança. Pensei: 'ah, vai diminuir, ninguém vai enxergar a loja, se assim a pessoa não vê, imagina se for pequeno'. Só depois que você faz e vê a mudança que você fala 'mudou para melhor'. Hoje falo, ainda bem que tem essa lei, padronizou, um não avança o outro nem tampa a visão do outro, ficou mais limpo, uniformizado e mais visto. (ZEBIAN, 2014).

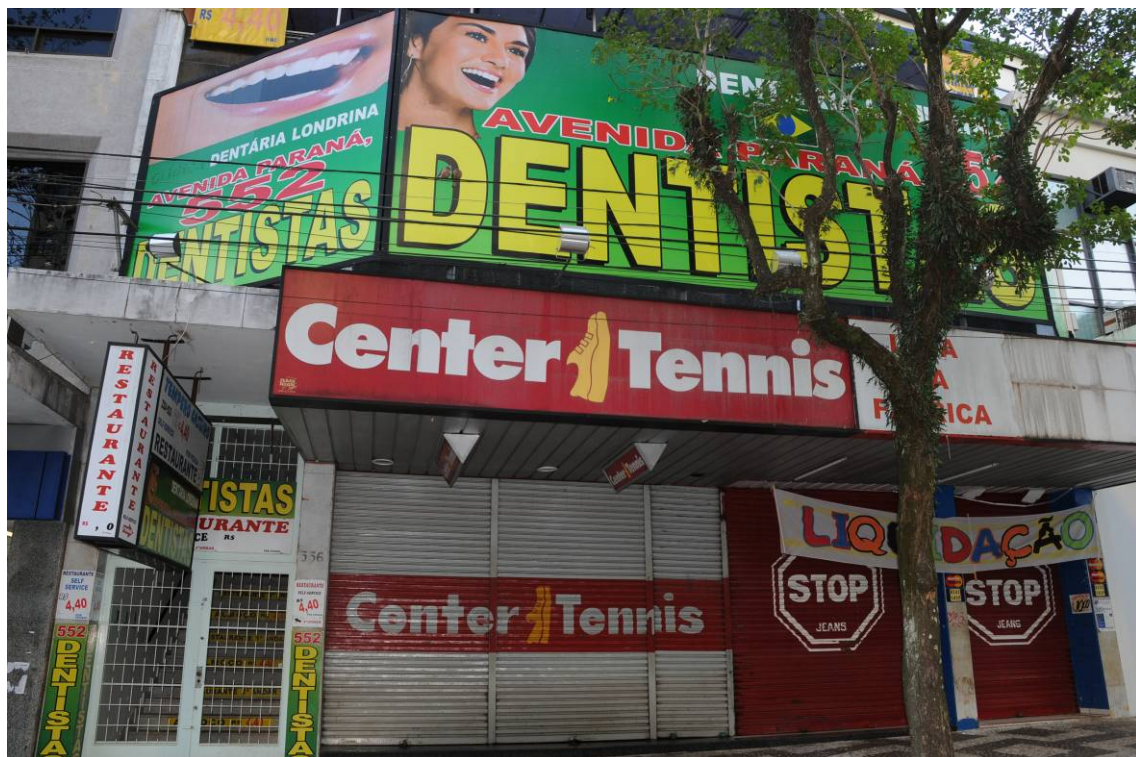
Ao ver as fotografias (Figura 26), Samir reforçou o que tinha dito no início da entrevista sobre o excesso de placas que perpetuavam nas fachadas.

Zebian: Olha o que eu te falei, as placas, uma sobrepõe à outra, era na marquise [na loja dele], então quem passa embaixo não vê.

Pesquisadora: Era muita informação?

Zebian: Sim, olha esse dentista como era bem grande, a pessoa não enxergava.

Figura 26 - Fachada Center Tennis.



Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Ainda apreciando as imagens, Samir Zebian começou a falar do período e de como foram pensadas as ações.

Aqui [Figura 27] estou sem a placa porque eu não tinha colocado recuado e tirei para colocar recuado. Como só pode uma placa por estabelecimento, eu deixei ela recuada um metro porque se amanhã eu quisesse colocar uma promoção, algo que chamasse a atenção, não ia interferir na placa. Acho que ficou mais visível, quem está do outro lado da rua enxerga normal. (ZEBIAN, 2014).

Figura 27 – Calçadão.



Fotografia: Fernanda Bressan (03 de fevereiro de 2011).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Mesmo se recordando de detalhes da fachada antes de olhar para as fotografias, o empresário ressaltou que ver as imagens comparando uma com a outra ajudou a ter a dimensão da mudança. "Eu lembrava da fachada como era, mas você contrastando assim, você vê que mudou bastante." Por isso, para ele as fotografias são documentos importantes a serem tomados e preservados. "É bom para saber o que mudou, e mudou bastante. É até legal ver isso, nem eu tinha essas fotos. Olha, a pessoa que passa aqui nem vê a minha loja." (Figura 28).

Figura 28 - Calçadão

Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Outras histórias foram surgindo com as imagens. Além da fachada de seu próprio estabelecimento, Samir olhou algumas fotografias da Rua Sergipe, e uma coincidência apareceu. "Esse imóvel aqui (Figura 29) é meu. Eu lembro quando o dentista colocou [a placa] aqui, meu Deus. Aqui tinha uma e juntou com a outra, está vendo?"

Figura 29 - Rua Sergipe



Fotografia: Fernanda Bressan (11 de setembro de 2010)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan

As fotografias tomadas logo após a aprovação da lei reforçaram ainda mais a visão positiva da nova legislação por parte de Samir Zebian.

Zebian: Dá para ver que melhorou, eu já tinha gostado, agora, mais ainda.

Pesquisadora: Como consumidor, você vendo a loja antes e depois, acha que hoje é mais convidativo para entrar?

Zebian: Melhorou bastante o nível da loja. A gente era obrigado a ter as fachadas assim porque todo mundo tinha, para não ficar encolhido, só que ela dava uma impressão, comparando, ela dá impressão de um bazarzão, aqui já ficou mais loja, mais bonita. A fachada hoje é um detalhe da loja, antes era a fachada dominando a loja. Ficou bem melhor.

O empresário da Mega Calçados foi um dos poucos a buscar uma alternativa para as novas regras no prazo estabelecido inicialmente. Esse assunto veio à tona durante a entrevista e a exposição das fotografias.

Zebian: Ninguém acreditou que essa lei ia vingar, as pessoas deixaram para a última hora, para depois se adequar.

Pesquisadora: Você se antecipou?

Zebian: Quando eu vi que foi aprovado e ia acontecer pensei: se deixar para a última hora, todas as empresas de comunicação visual iam estar extremamente sobrecarregadas de serviço, eu ia ter que ficar um bom tempo sem fachada nenhuma. ia ter que retirar no tempo limite, então já me antecipei. Nesse caso aqui [Figura 30] muita gente não acreditou, achou que no último momento ia dar um prazo maior, ia revogar, muitos, muitos mesmo, deixaram para a última hora e acabaram ficando sem fachada por um bom tempo. Se não me engano essa loja aqui ficou uns 4, 5 meses se fachada.

Figura 30 - Rua Sergipe



Fotografia: Fernanda Bressan (30 de janeiro de 2011)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan

O arquivo fotográfico da Lei Cidade Limpa foi um gatilho disparador da memória para Samir Ali Zebian e também uma forma de ver como a cidade se mostra diferente hoje, sem as placas enormes nas fachadas.

Pesquisadora: Você se lembrava bem da sua loja antes da lei, e das outras, da Rua Sergipe, por exemplo, você conseguiria se lembrar desse visual antes da lei sem as fotografias?

Zebian: Não lembro. Eu lembrava que tinha, mas se eu falasse que lembrava que era assim, não lembrava não.

Pesquisadora: Foi um resgate da arquitetura também?

Zebian: Ajudou bastante, estava tudo escondido, olha como não aparecia, agora dá para a gente ver as construções, ainda mais a Rua Sergipe que é mais antiga, tem prédios mais antigos, que dá para a gente ter uma noção

também da história da cidade, como foi desenvolvendo o município. Ficou bem melhor.

Pesquisadora: A fotografia tem poder de fazer recordar?

Zebian: Com certeza. Sem eu ver a foto eu ia falar 'lembro que tinha, mas não lembro como que era'. Agora, vendo aqui, você resgata, diz 'ah, era assim mesmo'.

Eduardo Guerzoni, proprietário da loja Coisa Útil na Rua Sergipe, é outro a acreditar que a fotografia, de fato, realça detalhes que ficaram escondidos na memória. Ele foi entrevistado no dia 2 de maio de 2014.

Pesquisadora: Na época que foi aprovada a lei, você lembra como era a fachada da loja e o visual da Rua Sergipe?

Guerzoni: Lembro, um pouco eu lembro. A nossa mesmo era bem grande, tinha uma placa que ficava pendurada também na transversal.

Pesquisadora: Era o tipo de comunicação que se usava?

Guerzoni: Sim, todo mundo fazia bem grande, quanto maior mais visível, era a ideia do momento. Quanto mais chamativo melhor.

Pesquisadora: Quando a lei foi aprovada, achou que ia melhorar ou piorar?

Guerzoni: Eu achei que ia piorar, e piorou um pouco inclusive, ainda mais lá no centro. Os prédios são muito antigos e os proprietários dos imóveis não cuidam muito, então, quando tirou as fachadas, ficou as marquises tudo sujas, a cidade ficou com cara de cidade velha, depois o pessoal foi arrumando.

[...]

Pesquisadora: Você tem a exata noção de como era e de como ficaram as fachadas sem a ajuda de imagens?

Guerzoni: Não. Eu lembro de alguns detalhe, mas se eu ver uma imagem antes e depois eu acho que vou me surpreender.

Nesse momento, Eduardo Guerzoni passou a ter contato com o acervo fotográfico da pesquisadora. O empresário teve uma impressão diferente do excesso de placas. Quando questionado se acreditava que quanto maior a placa, mais visível ela seria, ele respondeu: "Olha a bagunça que virava (Figura 25). Fica uma placa em cima da outra e acaba uma atrapalhando a outra."

O empresário viu as fotografias de seu estabelecimento em dois momentos (Figuras 31 e 32).

Pesquisadora: Olhando as imagens, acha a lei positiva ou continua achando negativa?

Guerzoni: Hoje eu concordo, fica melhor mesmo, tem essa questão da arquitetura, que é mais antiga, mas eu acho que a maioria dos prédios é muito mal cuidada. [...] Quando a vejo as fotos eu lembro que era bagunçado mesmo. No final, agora, três anos depois, vejo ponto positivo.

Figura 31 - Fachada Coisa Útil.



Fotografia: Fernanda Bressan (11 de setembro de 2010).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 32 - Fachada Coisa Útil.



Fotografia: Fernanda Bressan (30 de janeiro de 2011).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

O empresário da Coisa Útil foi mais um exemplo de que a fotografia pode ser um disparador do gatilho da memória. Ele se recordou, inclusive, de uma viagem feita a São Paulo. "Eu senti a melhora (da lei) uma vez em São Paulo, que eu tinha ido e, pouco tempo depois, voltei e a diferença era muito grande. Até comentei com meu tio que tinha mudado a cara da cidade." Questionado se a mudança era positiva ou negativa, ele afirmou: "Positiva. Tinha muita coisa que ficava escondida e você conseguia visualizar." Londrina não ficou de fora dos questionamentos.

Pesquisadora: Conseguiria recordar da Rua Sergipe antes da lei, ou a fotografia ajuda?

Guerzoni: A fotografia ajuda. A gente tinha loja na Benjamin, eu ando desde criança lá, ia trabalhar com meu pai desde os 10 anos de idade, mas você nunca para e fica olhando [as fachadas], nunca parei e fiquei olhando, é a primeira vez que estou reparando.

As fotografias tomadas para esse trabalho foram feitas propositadamente para deixar guardado por meio de imagens o cenário de Londrina antes, durante e após a entrada em vigor da Lei Cidade Limpa. São registros imagéticos que carregam em si o poder de recuperar dados do passado recente da cidade e reavivar a memória dos cidadãos que aqui vivem e trabalham.

CAPÍTULO 6

7 POLUIÇÃO VISUAL E A "VERTIGEM"

Imagem. Essa é uma palavra que não apenas interfere no cotidiano em todo o mundo, mas “constrói” esse mundo, molda culturas, formas de ver e de perceber as coisas e as pessoas. Pelas imagens os homens conheceram, pelo menos em parte, características de culturas ancestrais em pinturas e esculturas; elevaram a espiritualidade com as imagens de deuses e santos; chegaram ao interior do corpo humano em exames de ultrassom e raio-x; visualizaram o mundo – e até fora desse mundo – mesmo sem estar *in loco*. Chegamos a lugares jamais vistos por nossos próprios olhos, que não pisaremos com nossos pés, mas que existem para nós a partir das imagens, e somente nelas. Um mundo construído e pautado por pinturas, esculturas, fotografias, desenhos e cenas transmitidas pela televisão, pelo computador.

Das primeiras pinturas até a era cibernética, as imagens foram paulatinamente expandindo seu domínio no campo da visualidade, do conhecimento do homem e até da forma como este se relaciona com o meio e com as outras pessoas. As imagens narram fatos, informam sobre culturas, desenham cidades e países, mostram a evolução e a transformação de lugares; até a nossa própria história é marcada pela presença de imagens, de fotografias.

Hoje, no entanto, vivemos sob uma avalanche imagética. As imagens passaram a fazer parte da nossa existência de forma tão intensa, e em todos os lugares, que já não conseguimos mais capturá-las. Como define Norval Baitello Junior (2010, p. 88), hoje são as imagens que nos capturam. “Nada mais evidente, portanto, que vivemos em um ambiente iconomaníaco.”

Nas cavernas, a imagem representava a caça e os costumes dos povos que ali viviam; nos templos religiosos elas buscavam elevar o pensamento ao âmbito espiritual; nos primeiros jornais e revistas impressos, ilustraram fatos, acontecimentos e mostraram pessoas importantes do ponto de vista público. Mais recentemente, nas cidades, as imagens passaram a ocupar o espaço da informação e da publicidade. Elas dominaram o ambiente antes permeado pela arquitetura das construções e pela natureza; onde antes havia fachadas, hoje existem placas; onde existiam ruas e avenidas, o corredor passou a ser formado por

painéis e *outdoors*. Nas cidades, as imagens começaram a nos dominar e a interferir no modo como interagimos com esse lugar, como nos localizamos nele.

Passamos a ser de tal forma capturados por essas imagens que seu excesso cunha hoje o nome de poluição visual. Por poluição entendemos algo que passa a ser nocivo, a degradar o espaço, o ambiente e as pessoas. Com o advento das imagens técnicas e sua reprodução em série, somado à criação da publicidade e do marketing, o mundo da visualidade ultrapassou a dimensão do visível, ele não é mais percebido pelos olhares desatentos que cruzam as cidades. Na ânsia de informar com placas cada vez maiores, com o uso de cores e letras cada vez mais vivas e dos mais diversos tipos, a publicidade criou a poluição visual nas cidades - fato que mudou em Londrina após a Lei Cidade Limpa. Antes dela, tínhamos uma quantidade relevante de imagens que, sem perceber, passaram a não mais ser vistas pelas pessoas. Com os inúmeros artefatos imagéticos dispostos nas ruas, nossos olhares eram desviados para outras cenas.

O entretenimento (ou dispersão) visual que está em todas as partes, espaços públicos e espaços privados, em busca da captura de nosso olhar que o anima, criou uma tal hegemonia dos media visuais em relação à silenciosa escrita, e mesmo em relação aos media de audição pura, também desenvolvidos no século findo, que as regulamentações e legislações também entram em cena tentando coibir sua proliferação indiscriminada. (BAITELLO JUNIOR, 2010, p. 81).

O alerta de Norval Baitello Junior vem ao encontro da realidade de Londrina, no norte do Paraná, em 2010, antes da aprovação da Lei Cidade Limpa. Vivíamos em um ambiente dominado pelas imagens. Um excesso, como o próprio autor definiu. E ele não está só nessas elucubrações. Quem faz coro à sua teoria da iconofagia é a pesquisadora Malena Contrera. Para ela, esse conceito, iconofagia:

nos dá uma clara visão desse processo de hipertrofia da imagem exógena e de suas consequências para a sociedade contemporânea pós-industrial, processo que, no século XX foi efetivado pela reprodução desenfreada das imagens técnicas.(CONTRERA, 2010, p.102).

Para Contrera (2010, p.102), o homem perdeu o controle e foi “tragado pelo ‘furacão’ das imagens visuais que se auto-reproduzem tecnicamente, retroagindo sobre nós, alimentando-se dos nossos olhares exauridos”. Se buscarmos na memória a lembrança visual que temos das ruas e avenidas comerciais de cidades de médio e grande porte, enxergaremos uma avalanche de imagens publicitárias que se sobrepõem umas às outras. Essas cidades

perderam suas características naturais e arquitetônicas para as imagens técnicas em seus mais diversos tamanhos e formas de reprodução.

Quem circulou pelas marginais Pinheiros e Tietê, na cidade de São Paulo, antes de 2006, foi “tragado” pelos *outdoors* que se sobrepunham em série, quase “narrando” a lista de produtos de uma determinada marca. A publicidade dominava o campo visual nas grandes vias, nas fachadas comerciais, nas vitrines. A capital paulista foi a primeira cidade do país a estabelecer uma legislação para coibir essa “avalanche” de imagens. A Lei 14.223 entrou em vigor em janeiro de 2007, quando a cidade tinha Gilberto Kassab como prefeito.

Nessa época, inconscientemente, a população deixou de perceber São Paulo e passou a ser dominada pelas imagens sem, muitas vezes, se dar conta desse fato. Os artefatos publicitários se estabeleceram aos poucos, se multiplicaram e tomaram o lugar de maior destaque nos espaços urbanos. “Ver” a cidade passou a ser, na realidade, “ver” imagens construídas pelos homens e seus aparelhos técnicos.

Não afirmamos aqui que imagens são objetos nocivos. Ao contrário, em um mundo em que a visão é o sentido mais apurado e usado, a existência de imagens é um meio de informação, de formação e de conhecimento. Não podemos imaginar o mundo sem elas. O fato, aliás, é que vivemos em um mundo dominado por elas.

Mesmo considerando a capacidade que a imagem visual tem de promover as outras sensações, pela reconstituição sinestésica realizada pelo receptor, verificamos que a velocidade com que essas imagens se sucedem em nossa sociedade atual, em especial na mídia eletrônica e no entorno dos grandes centros urbanos, onde a proliferação das imagens se apresenta como nosso pior pesadelo (que nem W. Benjamin ousou ter), faz com que a única sensação possível, além do medo, seja a da vertigem. (CONTRERA, 2010, p.109).

Em vários lugares do país - e até do mundo - domina a sensação de “vertigem”. Há cidades em que esse excesso é tão característico que vivenciamos essa sensação de vertigem mesmo sem ir a esses locais. Um exemplo é a cidade Las Vegas, nos Estados Unidos. Não é preciso ir para lá para sentir o excesso de informação visual do local. Imaginar Las Vegas é imaginar as enormes placas e luzes coloridas piscando. É nesse emaranhado de cores e piscas-piscas que a caracterizamos. Ela não é uma cidade no sentido de construções e características geográficas como relevo e natureza, mas um ícone gerado pela soma de várias imagens construídas e criadas pelo homem.

Las Vegas é um exemplo de como o excesso de imagens confunde a mente do observador e chega a doer. Não vemos cada imagem, cada placa, cada luz brilhante, mas a

soma de tudo isso. E, nessa soma, acabamos por não ver nada em especial. É o que Mário Perniola (2006, p.27) aponta como invisibilidade: “Poder-se-ia, portanto, afirmar que até mesmo na comunicação existe um segredo que consiste em tornar-se invisível pelo excesso de exposição.” O aparecimento de novos aparatos imagéticos, que multiplicaram a existência de imagens, foi paulatinamente dominando a visualidade, que virou refém de si mesma.

As transformações tecnológicas nos obrigam a considerar simultaneamente uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade e uma tendência heterogenética, quer dizer, um reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes. [...] a produção maquínica da subjetividade pode trabalhar tanto para melhor como para pior. Existe uma atitude antimodernista que consiste em rejeitar maciçamente as inovações tecnológicas, em particular as que estão ligadas à revolução informática. Entretanto, tal evolução maquínica não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. O melhor é a criação, a invenção de novos universos de referência; o pior é a mass-midialização embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos. (GUATTARI, 1992, p.15).

A imagem muda e transforma a relação que temos com o mundo. Nossa percepção se dá, em grande parte, pelo olhar e interagimos com ele. “Perceber, ser receptor ou usuário de uma imagem, significa em primeiro lugar iniciar um jogo entre a identidade social e a identidade individual.” (DOMÈNECH, 2011, p.19).

O jogo dessas identidades pode ser analisado em Londrina. Podemos ilustrar como exemplo a Rua Sergipe, uma das principais vias de comércio da cidade. No campo da identidade social da via antes da Lei Cidade Limpa, encontramos um emaranhado de placas indicativas de lojas de confecções, calçados, presentes e espaços dedicados ao varejo em geral (Figura 33). Os consumidores se pautavam nessas placas para identificar os estabelecimentos comerciais.

O primeiro momento pós Cidade Limpa foi caracterizado pela ausência de placas indicativas (Figura 34). Os empresários deixaram para fazer a reforma das fachadas na última hora e, para evitar a multa estabelecida na lei para quem descumprisse as determinações nela inseridas, optaram por retirar as placas e deixar nuas as fachadas.

Figura 33 - Rua Sergipe.

Fotografia: Fernanda Bressan (agosto de 2010).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 34 - Rua Sergipe.

Fotografia: Fernanda Bressan (janeiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

A relação dos consumidores com a via se viu “perdida”, a identidade social mudou. Sem as placas, as lojas deixaram de ser vistas (Figura 34). A ausência da identificação com o nome do estabelecimento comercial provocou estranhamento para quem estava acostumado a ele. Consumidores perguntavam na rua onde estava a loja “x”. A Rua Sergipe sem as imagens de publicidade se tornou um mundo desconhecido, mesmo sendo uma “velha conhecida” da população. “Não apenas nossa visão estaria culturalmente condicionada para agir de determinada maneira, mas a própria sociedade, em confabulação com a visão, estabelecerá uma determinada visibilidade, um regime visível.” (DOMÈNECH, 2011, p.22).

O modelo mental da Rua Sergipe era o modelo poluído das placas indicativas de lojas (Figura 33), essa era a sua identidade. Sem esse referencial, perdeu-se até a noção de espaço. “Em nossa cultura, ver é tão comparável a compreender que em muitas línguas existe a expressão ‘ver para crer’.” (DOMÈNECH, 2011, p.252). Acostumamos-nos tanto ao emaranhado imagético que passamos a nos localizar, a nos pautar, a entender a cidade por meio das imagens nela existentes.

Aos poucos a via foi se redimensionando, ganhando um novo cenário. Com placas reduzidas, o que antes se fundia em uma única imagem, é hoje percebido individualmente. As fachadas passaram a ser vistas do ponto de vista arquitetônico, as lojas voltaram a ser “identificadas” pelas placas. Pelo menos no que diz respeito à visualidade do espaço urbano de Londrina, a cidade volta a existir, volta a ser visível, não é preciso fechar os olhos para fugir da sensação de vertigem.

Se o olhar é algo construído histórica e culturalmente, Londrina começa a construir uma nova forma de olhar sobre ela, ou, quem sabe, a recordar a cidade de décadas anteriores. É uma ruptura no modo de percepção, uma quebra de paradigma.

Figura 35 - Calçadão (Sueko).



Fotografia: Fernanda Bressan (2 de maio de 2011.)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 36 - Calçadão (Sueko).



Fotografia: Fernanda Bressan (27 de novembro de 2011).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Mudou a cultura do nosso olhar de cidadão, de morador da cidade. Sabe-se que a cultura não é algo dado, mas construído historicamente. Absorvemos paradigmas com os quais interpretamos o mundo real e o mundo das imagens. O que predominava no pensamento antes da Lei Cidade Limpa era a necessidade de utilizar placas e imagens que se sobressaíssem para que pudessem funcionar como instrumento de informação, divulgação e marketing. Imperava a ideia de que para ser visto era preciso ser grande, imponente.

A Lei Cidade Limpa veio no sentido contrário a esse paradigma ao dizer não à poluição visual e mostrar que para ser visto não é necessário ser um gigante. As mudanças de *status quo* podem provocar estranhamento em um primeiro momento. Os londrinenses estavam acostumados às placas de formas e tamanhos dos mais inusitados possíveis. Não percebiam que quanto maiores os indicativos de loja se colocavam, mais uns engoliam os outros. A cultura da visualidade predominante ainda era a do exibicionismo exacerbado e da

multiplicação desenfreada. “Os tipos de imagem com que nos deparamos são incontáveis e aumentaram ainda mais nos dias de hoje, quando se iniciou uma simbiose profunda entre o visual e o tecnológico.” (DOMÈNECH, 2011, p.31).

Com novos aparatos, a imagem e sua reprodutibilidade ganharam cada vez mais “ajudantes”. Equipamentos tecnológicos multiplicam as formas de reprodução e distribuição de imagens, além de aumentar a variedade de suportes imagéticos disponíveis. Tudo isso contribui e alimenta a poluição visual nas cidades, formam um modo de ver as coisas.

Imagens são expressões e influenciam a sociedade da mesma forma com que são influenciadas por ela. Em Londrina, a Lei Cidade Limpa influenciou a expressão imagética vigente nas áreas públicas. E, como a recíproca é verdadeira, essas mesmas imagens reconfiguradas passam a influenciar a sociedade.

“Imagens são mediações entre o homem e o mundo. O homem ‘existe’, isto é, o mundo não lhe é acessível imediatamente. Imagens têm o propósito de representar o mundo. Mas, ao fazê-lo, interpõem-se entre mundo e homem.” (FLUSSER, 2002, p.9). Os letreiros e *outdoors* de Londrina antes da lei Cidade Limpa estabeleciam uma forma de comunicação entre a população e os estabelecimentos comerciais que se impunha pela grandiosidade. Os consumidores aprenderam a se localizar por essa premissa; os publicitários, a criar baseados nesses suportes imagéticos.

Na atualidade, longe da dominação imagética no espaço urbano, estes mesmos consumidores estabeleceram novas formas de interagir com a cidade. A forma de representar lojas, estabelecimentos de serviços e indústrias passou pelo baque inicial e se coloca sob uma nova visualidade. A poluição visual não mais incomoda o olhar da população londrinense. A Rua Sergipe não é mais causa de vertigem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fotografias estão cada vez mais presentes em nossa vida. Do surgimento no século XIX até hoje, elas se popularizaram, ganharam outros formatos e suportes - incluindo o espaço virtual -, e hoje congelam cenas das mais relevantes às mais banais. Dos grandes acontecimentos da história e de nossa vida aos *selfies*, essa representação imagética permeia o mundo das mais diferentes culturas.

A avalanche de fotografias a que somos submetidos nos cansam os olhos por um lado mas, por outro, registram fatos e situações de forma duradoura e, porque não dizer, perene se bem cuidada e preservada. Esse arsenal imagético funciona como um documento para recuperar dados da história, para voltar no tempo, para reavivar nossa memória. Um documento que tem a capacidade de trazer o passado para o tempo presente aos suscitar nossas lembranças.

Consciente disso, a pesquisadora vislumbrou esse trabalho. Sabendo das transformações que Londrina passaria quando a Lei Cidade Limpa entrasse em vigor, de pronto passou a fotografar vias comerciais, um cenário que ia, em breve, desaparecer, dando lugar a uma nova visualidade. Foi uma forma de registrar a história daquele período, ainda que com a carga subjetiva que toda fotografia carrega, pois é fruto do olhar de quem a toma. Mesmo com toda essa subjetividade, a fotografia se mostra um documento relevante para transportar a cena para o momento atual, ainda que não exatamente com todos os olhares que caberiam àquele período, mas pelo olhar do fotógrafo que viveu aquele instante.

A Rua Sergipe e o Calçadão que existiam em 2010 ficaram preservados nas fotografias tomadas a partir de agosto daquele ano. As mudanças começaram a ocorrer, de fato, em 2011, ano em que novas imagens foram congeladas pelo aparelho. A proposta era criar um arquivo imagético dessas duas importantes vias comerciais para que os cenários não caíssem no esquecimento nos anos vindouros. Nossa memória nos trai em diversos momentos, detalhes são facilmente apagados de nossas lembranças. A imagem é uma maneira concreta de prolongar a existência na segunda realidade.

Também era objetivo desse trabalho usar das fotografias como disparadoras do gatilho da memória. Os depoimentos tomados pela pesquisadora são uma mostra do poder que a fotografia tem de ativar a memória. De posse das fotografias que contam o "antes" e o "depois" da Lei Cidade Limpa em Londrina, pessoas que vivem na cidade e que estiveram presentes no período de mudança tiveram uma surpresa ao perceber que já não se recordavam

de um momento recente da história. Por meio das fotografias elas reavivaram o período, em especial o ano de 2011, quando aconteceu boa parte das transformações.

As fotografias suscitaram lembranças, sentimentos e até o trabalho que foi empenhado para adequar as fachadas dos estabelecimentos comerciais. Pelas imagens os entrevistados foram além dela, não se limitando aos detalhes que mostravam a estrutura física das lojas e vias comerciais, mas trazendo à mente o que se passou naqueles dias. A fotografia mostra aí o seu poder de disparar o gatilho da memória e reavivar o passado. Passar os olhos pelas imagens é voltar esses mesmos olhos para um tempo que já se foi.

O arquivo fotográfico da Lei Cidade Limpa (veja mais imagens em anexo) também ajudou os entrevistados a perceberem de forma mais nítida as mudanças pelas quais esses mesmos locais passaram. Juntando essas informações, podemos reforçar que a fotografia é um caminho eficaz para reativar nossas lembranças e que é válido usar a metodologia do uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória. Quando queremos recuperar dados e detalhes de um período passado, podemos usar desse artifício para ter essas informações de forma mais clara e completa.

A realização e o resultado desse trabalho são uma premissa, pela qual cabe ressaltar a importância de se documentar imagetivamente fatos importantes, transformações das cidades e acontecimentos relevantes. A fotografia de hoje será, no futuro, um importante documento para revelar às gerações vindouras os costumes e momentos que marcaram um período da cidade, do estado, do país e das pessoas que ali viveram. Hoje, ano 2014, olhamos fotografias da época da Ditadura Militar e da Copa do Mundo de 1970 (quando o Brasil foi tricampeão) e podemos ver, rememorar ou conhecer esses momentos por eles terem sido congelados pela máquina. Temos a chance também de apreciar cenas antigas de cidades brasileiras em fotografias tomadas, por exemplo, em São Paulo e no Rio de Janeiro graças ao arquivo deixado pelos fotógrafos Aurélio Becherini e Augusto Malta, respectivamente.

Londrina também tem parte de sua história documentada imagetivamente, e isso pode continuar ano a ano pelo trabalho de fotógrafos profissionais ou mesmo amadores. Contar com esses documentos iconográficos é se resguardar para não perder detalhes que acabam caindo no esquecimento. Nos acostumamos às mudanças e acabamos por perder em parte um pouco do que já passou. Se a primeira realidade se foi, podemos revivê-la na segunda realidade.

A Lei Cidade Limpa faz parte do passado e do presente de Londrina. Ela é um divisor de águas no que diz respeito à visualidade do espaço urbano no início do século XXI. A consequência da nova regra está estampada em novas fachadas, vitrines e *outdoors*. A

realidade de hoje é visível a quem passa pelas ruas comerciais londrinenses. A realidade do passado pode ser lembrada pelas imagens tomadas antes do período de vigência da lei. Imagens que são documentos não só para as gerações desse período como para as que virão.

Essas mesmas fotografias se tornaram um documento interessante para mostrar como as lojas se mostravam ao público até 2011 e como passaram a transmitir informações após a nova lei. Quando regras eram escassas, inundavam nas fachadas as placas de tamanhos dos mais diversificados, sempre buscando aparecer mais que o estabelecimento vizinho. A mensagem compreendida naquele momento era de que, quanto maior, melhor. A preocupação com a qualidade dos espaços não vinha em primeiro lugar. Isso pode ser percebido pelas imagens tomadas logo no primeiro momento em que as placas foram retiradas. Por debaixo delas havia paredes malcuidadas, fiações expostas, construções que não passavam por manutenção há tempos. O que estava escondido se tornou visível em virtude da lei.

Passado o período de adaptação, as lojas reinventaram a forma como se mostravam aos consumidores. Por isso que olhar o "antes" e o "depois" se torna tão rico, pois revela as mudanças com riqueza de detalhes e dá uma dimensão mais próxima do que de fato foi transformado.

Olhar para o "ontem" nas imagens também suscita impressões sobre os prejuízos da poluição visual. A exclamação: "como era feio" aparece nas entrevistas realizadas durante esse trabalho. Sem as fotografias, essa percepção ficaria limitada às lembranças que ainda restavam na memória das pessoas, e que pouco a pouco vão desaparecendo. É como ver uma pintura nova e uma pintura já desbotada pelo tempo. A primeira mostra de maneira vívida a imagem; a segunda começa a perder detalhes, tons e formas. Vê-se um esboço do que já foi. Assim é nossa memória, ela vê traços que conseguimos recuperar de forma espontânea; mas, estimulada pela fotografia, essa mesma memória se reativa, se fortalece, volta a ter traços e cores bem definidas.

Esperamos que o arquivo fotográfico das transformações urbanas em Londrina possa ser preservado. Ele pode servir de documento para cidades que queiram adotar a Lei Cidade Limpa, mostrando as mudanças que dela podem advir; pode ter como finalidade mostrar às gerações futuras como era Londrina nesse período; ou, ainda, reativar a memória da população atual a respeito desse momento. As fotografias já cumpriram um primeiro papel. Foram disparadoras do gatilho da memória das pessoas que as apreciaram.

Mas sua importância vai além dessa função. Elas seguem como um documento histórico relevante para a cidade. Uma história não sobrevive sem documentos, ela

não pode ser contada sem registros. O acervo feito para esse trabalho se tornou uma fonte de preservação das mudanças ocorridas em Londrina nos anos de 2010 e 2011. Documentos que poderão ser acessados em diferentes tempos históricos para reativar as lembranças ou mostrar às gerações vindouras a paisagem urbana londrinense do início do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Maria Juliani de. **Juliani: um homem, sua maquina e a história de Londrina**. 3ed. Ampliada. Londrina: Ed. da autora, 2002.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. **A serpente, a maçã e o holograma**. São Paulo: Paulus, 2010.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.
- CONTRERA, Malena Segura. **Mediosfera: meios, imaginário e desencantamento do mundo**. São Paulo, Annablume, 2010.
- DOMÈNECH, Josep Català. **A forma do real: introdução aos estudos visuais**. São Paulo: Summus, 2011.
- ERMAKOFF, George. **Augusto Malta e o Rio de Janeiro 1903-1936**. Rio de Janeiro: Ermakoff Casa Editorial, 2009.
- FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia: uso e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1998.
- FERNANDES JÚNIOR, Rubens. **Lições e demolições do olhar**. In: BECHERINI, Aurélio. Aurélio Becherini. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.8–18.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- LIMA, Solange Feraz de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo**. Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1997.
- LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. **A cultura-mundo**. Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.
- _____. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- _____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- PERNIOLA, Mário. **Contra a Comunicação**. Ed. Unisinos, 2006.
- PIGNATARI, Décio. **Informação, Linguagem, Comunicação**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

SERVA, Leão. **Cidade Limpa:** o projeto que mudou a cara de São Paulo. São Paulo: Clio Editora, 2008.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEIXEIRA, Juliana. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória:** Aplicação à história de Telêmaco Borba - PR. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ANEXO

ANEXO A

Figura 37 - Rio de Janeiro - Feirão de Londrina.

Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 38 - Avenida Rio de Janeiro - Feirão de Londrina.



Fotografia: Fernanda Bressan (03 de fevereiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 39 - Avenida São Paulo.



Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 40 - Avenida São Paulo.



Fotografia: Fernanda Bressan (30 de janeiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 41 - Avenida São Paulo.

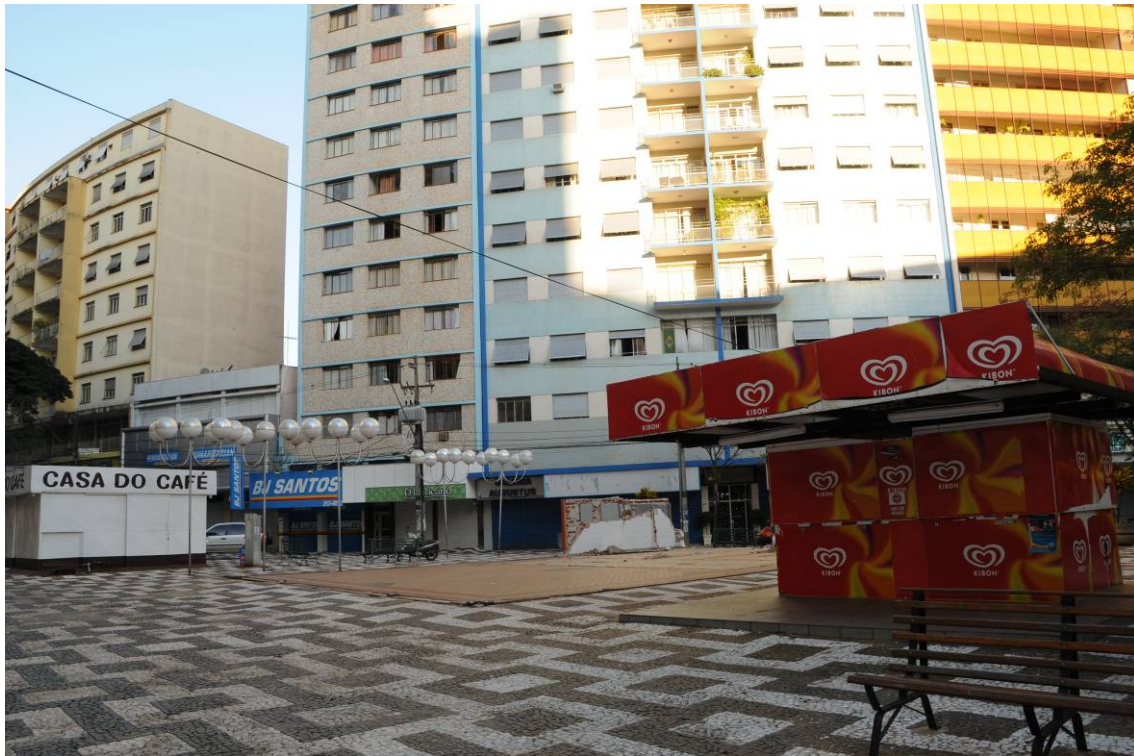


Fotografia: Fernanda Bressan (05 de agosto de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 42 - Calçadão - BJ Santos.



Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 43 – Calçadão.

Fotografia: Fernanda Bressan (08 de agosto de 2010)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan

Figura 44 - Calçadão

Fotografia: Fernanda Bressan (03 de fevereiro de 2011)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan

Figura 45 - Calçadão - Casa do Café



Fotografia: Fernanda Bressan (11 de setembro de 2010).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 46



Fotografia: Fernanda Bressan (27 de novembro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 47 - Calçadão

Fotografia: Fernanda Bressan (11 de setembro de 2010).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 48 - Calçadão

Fotografia: Fernanda Bressan (02 de maio de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 49 - Rua Sergipe - Farmácia Nissei



Fotografia: Fernanda Bressan (03 de fevereiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 50 - Rua Sergipe - Farmácia Nissei



Fotografia: Fernanda Bressan (03 de fevereiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 51 - Rua Sergipe com Avenida Rio de Janeiro.



Fotografia: Fernanda Bressan (30 de janeiro de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.

Figura 52 - Rua Sergipe com Avenida Rio de Janeiro.



Fotografia: Fernanda Bressan (02 de maio de 2011).
Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Bressan.